

 **026ª Reunião Conjunta da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar contratos celebrados pela SMED a partir de 2021 e da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades na aquisição de materiais didáticos pela SMED**

Pauta: Oitiva das testemunhas Camila Correa de Souza, Giovane Martins Vaz dos Santos, Lia Bárbara Marques Wilges e Veronica Ribeiro Almuas

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (9h20min) Bom dia, solicito ao relator que faça a primeira chamada.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia ao Sr. Presidente e aos demais vereadores. Ver. Idenir Cecchim (Pausa.) Presente; Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.); Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente; Ver. Airto Ferronato. (Pausa.); Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.); Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.); Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.); Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.); Ver.^a Karen Santos. (Pausa.); Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.). Temos a presença de 4 vereadores. Segundo grupo: Ver.^a Mari Pimentel. Presente; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Presente; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente; Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Ausente; Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Ausente; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Ausente; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente; Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Ausente; Ver. José Freitas. (Pausa.) Presente; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Presente. Com 8 presenças, temos quórum.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Mais 10 minutos faremos a segunda chamada para a CPI que ainda não tem quórum. Solicito ao relator que faça a segunda chamada.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente; Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Falta; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente; Ver. Aírto Ferronato. (Pausa.) Presente; Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Não se encontra; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Não se encontra; Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Também não se encontra; Ver. Giovani Culau. (Pausa.) Presente; Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Não se encontra; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.^a Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Presente. Com a presença de sete vereadores, há quórum.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Temos quórum.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Chamada da CPI, Ver.^a Mari Pimentel, presidente. (Pausa.) Presente; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Presente; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente; Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Presente; Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Ainda não se encontra, está chegando, problema no trânsito; Ver.^a Nádia. (Pausa.) Ausente; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente; Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Presente; Ver. José Freitas. (Pausa.) Presente; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.^a Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Presente. Com a presença de dez vereadores, há quórum. Temos quórum nas duas CPIs.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Temos quórum nas duas CPIs. Convido a Ver.^a Mari para fazer parte da Mesa. Senhor relator, temos algum material?

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Temos aqui para votação de requerimentos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Como não tem nenhuma liminar que mande entregar, está atendido o pedido com o relatório enviado. Então, esses

pedidos foram ultrapassados pela decisão judicial. Não há necessidade de votação. Eu acho que está lá...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu só queria entender esse encaminhamento, eu não entendi, sobre a questão de decisão judicial. Não, porque...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O que se solicitava nesses requerimentos é que fosse dada toda a matéria, e o juiz entendeu que não, porque há sigilos que precisam ser preservados.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mas, Presidente, só para esclarecer...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O que era para ser entregue já foi entregue.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nós estamos falando das decisões judiciais desse final de semana.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Isso, isso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mas nós entramos, bem, a Ver.^a Mari Pimentel... Nós entramos com o pedido para que a auditoria feita pelo governo, o governo fez uma auditoria... O Ver. Moisés, inclusive, numa sessão perguntou se havia sido entregue para a CPI, o relator Mauro Pinheiro explicou que apenas um resumo havia sido entregue...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É esse que o juiz entendeu que era o suficiente.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Pois é, não, aí que eu acho que é importante a sociedade saber que quem entrou com o pedido e ganhou, inclusive, o juiz, em primeiro lugar, tomou a decisão de que cabia ao governo entregar o conjunto da auditoria para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor quer desconsiderar o que o desembargador...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Por favor, o senhor deixe eu terminar a minha intervenção, daí...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É que eu demoro para entender.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bem, não, mas eu posso falar mais lento para o senhor entender. Eu quero deixar claro só o seguinte: nós fizemos um pedido pela Comissão de Finanças, que também é presidida pela Ver.^a Mari Pimentel, eu faço parte da Comissão de Finanças, a Ver.^a Abigail faz parte da Comissão de Finanças, o Ver. Ferronato também faz, são quatro, só o Ver. Bosco que não participa da CPI, todos participam da Comissão de Economia e Finanças da Câmara, e nós pedimos, pela Comissão, que houvesse a entrega desse material, dessa auditoria. Na CPI, não se votou nada. Eu acho, inclusive, eu confesso que para mim é um absurdo, o governo Melo, o que o senhor defende, é o líder do governo aqui, o prefeito Melo, Ver. Cecchim, quando nós começamos a Comissão Parlamentar de Inquérito, disse, em público, que não precisaria, inclusive, sequer requerimento, que ele entregaria todos os documentos que a Comissão Parlamentar de Inquérito precisasse. Nós estamos, há semanas, pedindo essa auditoria, e a primeira decisão do juiz foi favorável a entregar. A decisão que o governo conseguiu, no final de semana, é liminar, ela não trata do mérito e, portanto, eu creio que, na verdade, eu acredito que a Comissão Parlamentar de Inquérito, relator Mauro Pinheiro, deveria inclusive entrar nesse processo, requerendo a documentação. Porque, se nós não

fazemos isso, nós estamos abrindo mão do funcionamento da CPI, nós estamos abrindo mão de investigar, e esta Comissão é de investigação. Como que nós vamos poder investigar, se o governo impede o acesso a documentos fundamentais?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quem impede, nesse caso, não foi o governo, foi o desembargador que achou que o sigilo de pessoas... A Prefeitura não tem nenhum problema de expor, não tem problema nenhum. O problema é o sigilo das demais pessoas. Existem sindicâncias em andamento, existe uma série de coisas em andamento, e o senhor só está lendo aquilo que lhe interessa, que é juízo de primeira instância. O que foi... Eu não sei qual é que foi o pedido, foi da CEFOR, ou foi o pedido daqui que vocês fizeram?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nós pedimos a partir da comissão.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Da CEFOR, pois é, então...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nós queremos que a Comissão Parlamentar de Inquérito vote isso, porque...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nós não vamos.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Porque a Comissão Parlamentar de Inquérito tem outra alçada em termos de investigação. Um desembargador pode considerar que é lícito, eu não vou entrar na decisão do desembargador, ele pode considerar que a comissão não tem competência para fazer esse pedido, mas a Comissão Parlamentar de Inquérito tem essa competência. E o senhor, como Presidente, a Mari Pimentel, eu tenho certeza de que concorda com isso, porque ela é a autora do requerimento, se o senhor, como Presidente, vestir a função de Presidente da CPI e não de líder do governo, talvez nós

possamos fazer a CPI funcionar e, de fato, investigar. É isso que eu estou pedindo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ao contrário de Vossa Excelência, eu sou legalista. O que é decidido pela justiça está decidido. Vossa Excelência só quer atender aquilo que lhe interessa, e aqui não é assim.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, Presidente, só para esclarecer, só para esclarecer. Eu não estou pedindo, obviamente jamais pediria, que o senhor não acate uma decisão judicial.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É o que eu estou fazendo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O desembargador tomou uma decisão, mas o desembargador tomou uma decisão a partir da demanda do governo, não da Comissão Parlamentar de Inquérito. E, como o senhor sabe muito bem, as decisões judiciais têm razões, contrarrazões, elas têm partes envolvidas. O que eu gostaria é que os Presidentes da Comissão Parlamentar de Inquérito – eu sei que eu conto nisso com a Presidente Mari Pimentel –, mas que os Presidentes da Comissão Parlamentar de Inquérito defendessem a investigação da CPI, e, portanto, entrassem na decisão.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nós defendemos a legalidade. No meu caso, eu defendo a legalidade...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Foi uma decisão liminar.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): ...eu não defendo o sensacionalismo e não defendo só aquilo que lhe interessa, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Foi uma decisão liminar, é nisso que eu quero insistir. Como foi uma decisão liminar...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): E a sua, que o senhor diz que ganhou, também foi liminar.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sim, mas eu não estou questionando as decisões judiciais...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Então, ficamos com a decisão do Tribunal de Justiça.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, mas ela foi liminar, então ela pode ser alterada, no mérito, não foi ainda votada. E, como no mérito não foi ainda votada, eu quero que a CPI aprecie o mérito dessa questão. Se nós chegarmos à sua conclusão, tudo bem, mas vamos discutir o mérito, porque não é possível. E eu ouvi muitas vezes o senhor falar que o Judiciário interfira na Câmara, eu escutei muitas vezes do senhor isso.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, não. Eu acato. Quem foi para o Judiciário foram vocês.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu vou ao Judiciário.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Inclusive Vossa Excelência, como perdeu... Eu não vou fazer aquilo como o ministro do Supremo diz: "Perdeu." Eu só digo que perdeu.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, nós não perdemos, porque é liminar. E nós vamos vencer. Eu gostaria só de contar com a sua colaboração para essa vitória.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quando o Tribunal de Justiça reverter essa decisão, nós vamos ser obrigados a acatar, mas, até então, estamos com a decisão do Tribunal de Justiça.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu gostaria de que a Câmara e de que a CPI debatam esse assunto.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, não vamos.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O senhor quer obstruir esse debate.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nós não vamos afrontar uma decisão do Tribunal de Justiça, o senhor pode ter certeza.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, o Ver. Robaina quer que vote, mas qual é o requerimento que o senhor quer que vote? Em segundo lugar, vereador, a Ver.^a Mari Pimentel é tão Presidente quanto o Ver. Cecchim. Se o Ver. Cecchim não tem, a Ver.^a Mari Pimentel é Presidente da CPI também, ela tem total direito de fazer os movimentos como Presidente da CPI. E, Presidente, eu gostaria de solicitar ao senhor, como Presidente, e como nós hoje temos quatro pessoas para as oitavas, e, pelo que eu sei, já têm pessoas que estão aí – já são 3 minutos para as 10 horas –, gostaria de iniciarmos imediatamente as oitavas para que a gente pudesse dar conta de ouvir as pessoas que estão aí.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Até porque hoje é o último dia de oitavas. Pois não, Ver. Moisés.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu queria só fazer a seguinte observação, porque eu fui citado aqui. Em primeiro lugar, a gente viu nas redes sociais a utilização de trechos editados de uma fala que eu fiz aqui, dando a entender um outro contexto. Eu fiz uma pergunta nesta CPI se tinha vindo o relatório da Prefeitura, porque, naquele dia, na nossa reunião... Eu já estou buscando a íntegra para mostrar para as pessoas, porque deram a entender que eu concordava com esse vídeo que está circulando. Eu, Presidente, sempre disse: assassinato de biografias, antecipadamente, sem provas, denunciismo, jogadas eleitoreiras, eu não farei parte. Naquele dia eu fiz uma pergunta ao relator, porque estavam dizendo aqui na CPI que a Prefeitura não tinha enviado sequer o relatório.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): E enviou.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): E perguntei: veio o relatório? Agora teve um agravo de instrumento, e eu quero deixar muito claro que estou muito confortável com a decisão. O Ministério Público sempre defende quando tem sigilo na justiça para apurar os fatos. O agravo está disponível para as pessoas, e eu não quero ficar responsável por possíveis injustiças sobre outros processos judiciais. Eu quero deixar muito claro que a justiça mantém o segredo de justiça e não sou eu que vou pedir para quebrar esse segredo de justiça, porque ali pode, de novo, acontecer: as pessoas, através das suas redes sociais, tentando assassinar biografias, cometendo injustiças e depois, para reparar essa injustiça, é muito difícil. Então, as minhas reparações são: a minha fala está fora de contexto num vídeo que circula pela internet. O Poder Executivo enviou, sim, o relatório, e o agravo de instrumento está cuidando do segredo de justiça. Aqui nós temos um monte de pessoas que, se vier para cá uma quebra, alguém tem que se responsabilizar. Eu não quero me responsabilizar, quando o segredo de justiça que o agravo de instrumento atende, porque aí é muito perigoso nós cometermos injustiças. E já falei um monte de vezes, tem servidor de carreira envolvido, tem várias pessoas envolvidas e que, para mim, todo mundo é

inocente até que se prove o contrário. Parece que isso mudou, parece que agora todo mundo é culpado até que se prove que é inocente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Claudio Janta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Senhores, Presidente e relator, nós temos algumas decisões nesta Casa que estão até hoje na justiça, não é? Nós temos uma decisão que garantia o direito da minoria, que quando dava a diferença de um voto e nós pedimos para renovar a votação. Isso está na justiça até hoje – até hoje está na justiça! –, e foram os pares desta Casa que procuraram a justiça. Nós temos hoje... Aprovamos um projeto de lei inovador no Brasil, que era a questão dos aplicativos, de ter seguro. Está na justiça até hoje e foi esta Casa que provocou a justiça. Então, acho que se está na justiça, está na justiça. Se foi o caminho que foi procurado, não cabe a nós. Então, eu quero encaminhar aqui para nós, em plenário, também revermos a votação, revermos a questão dos aplicativos e vários outros projetos nesta Casa, que foram aprovados nesta Casa, que até hoje aguardam na justiça. Então, as partes que entraram na justiça têm que agilizar. Esperamos que a Casa agilize esses projetos que são de interesse do povo, principalmente o projeto dos aplicativos, que garante uma segurança para o passageiro e para o motorista de aplicativo, uma série de outras coisas e principalmente coloca recursos no cofre da cidade de Porto Alegre. Acho que nós estamos discutindo no vazio a questão se entra ou não. Não cabe a nós entrarmos na justiça, o que cabe é uma decisão de agilizar o julgamento dos méritos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. A senhora queria...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de deixar registrado que nós teremos oitivas na próxima semana, no dia 20, na próxima segunda, onde estaremos ouvindo a servidora Patrícia e a servidora Anelise, ambas já

aprovadas em ambas as comissões. Se o Presidente Idenir Cecchim não quiser convocar a comissão dele, eu já declaro convocada a CPI na qual eu estou Presidente para que todos venham ouvir e tirar as suas dúvidas de ambas as servidoras já autorizadas por ambas as CPIs. Muito obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Relator, como é que está o nosso plano de trabalho?

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Nós tínhamos acordado com os dois presidentes de a última oitiva ser hoje, até para dar tempo de a gente fazer o relatório. Nosso último dia é 4 de dezembro, hoje já estamos em novembro e precisamos de prazo para fazer o relatório. Então, o que tinha ficado acordado com a Presidente Mari e com o Presidente Cecchim é que hoje seriam as últimas oitivas e que havia algumas pessoas que não teria necessidade, mesmo aprovadas, de serem chamadas. Para mim é uma surpresa ter uma nova oitiva na próxima semana.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Essas foram votadas já ou não?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Já foram votadas e já estão aprovadas. E reforço que, mesmo assim, teremos mais de dez dias para o relator fazer o relatório, que eu considero um tempo totalmente plausível. E podemos aqui votar também a prorrogação de ambas CPIs, se o vereador quiser mais uma semana para escrever o relatório, mas eu deixo já registrado que, na próxima segunda-feira, teremos essas duas oitivas já confirmadas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Na próxima segunda feira? Se hoje é o último dia de oitivas, é o último dia, se não houver prorrogação.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não é hoje o último dia. O senhor está definindo isso pela sua decisão.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Pelo acordo que foi feito entre os dois presidentes de que hoje seriam as últimas oitivas.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu acredito que não... É competência do presidente convocar as oitivas.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Foi aprovado com a senhora isso.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de deixar já registrado que a CPI, da qual eu estou como presidente, já está colocando agenda para a próxima segunda-feira, com duas oitivas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Depois que nós fizemos unificação, a senhora não é dona das duas; a senhora é de uma coletiva só.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, nós criamos um bom termo de ter oitivas todas segundas-feiras. Eu entendo a ideia de o governo proteger a si mesmo, evitando oitivas...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vamos ouvir as testemunhas do dia de hoje.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Presidente, eu queria fazer uma solicitação para presidente Mari, eu faço parte da CPI que ela preside. Ver.^a Mari, se a senhora for mudar o plano que nós temos conhecimento, que é o do relator da sua CPI, pelo menos coloque em votação na sua CPI, porque eu vou votar contra, porque eu aprovei uma programação de que hoje seria o último dia.

Então, a senhora não pode dizer acima da vontade da maioria da CPI que a senhora preside, é um desrespeito com os vereadores que integram a sua CPI.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Moisés, os itens e o calendário não foram votados em nenhum momento. Esse acordo, essa relação, ela não é votada. Eu entendo...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Então, nós vamos votar agora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Olha só, nós temos democracia ou nós temos autoritarismo, Ver. Idenir Cecchim?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora falando em autoritarismo...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Cecchim, Presidente Mari, esta CPI votou, aprovou um plano de trabalho, e esse plano de trabalho diz que as oitivas se dariam até a data de hoje; ao mesmo tempo, nós aprovamos os nomes que convidaríamos para serem ouvidos por esta CPI. As duas coisas são reais, as duas coisas são verdades. Nós temos um impasse simples de resolver, gente, não precisa fazermos uma celeuma em cima de uma contradição que se apresentou. É simples, são duas coisas aparentemente contraditórias: terminam hoje as oitivas, mas a CPI continua, e tem nomes aprovados. Vamos ver quem são os nomes que faltam ser ouvidos, é simples de a gente resolver...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Nós temos duas servidoras...

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, eu gostaria de começar a fazer a oitiva, já são 10h06min...

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu sugiro que a gente comece a oitiva e os dois presidentes resolvam esse impasse a contento dessa aprovação.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Vamos dar início à oitiva, e já deixo registrado que estaremos ouvindo as duas servidoras na próxima segunda-feira.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Isso ainda não está decidido, isso nós vamos votar.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Isso não é...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora vai se submeter à maioria, não vai mais ser ditadora aqui.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, se o senhor quer impor a sua verdade perante o Regimento da Câmara...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não; é a verdade, só a verdade, não tem a minha e a sua, só existe uma verdade, que a senhora burla a todo momento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Cecchim, por favor, eu vou lhe pedir sinceramente, eu vou lhe pedir mais educação com a Presidente Mari Pimentel. É sério, Presidente Cecchim, por favor, é sério, deixa eu lhe apelar, porque, a gente tem diferenças? Tem diferenças, mas o mínimo, senão não dá para funcionar... Já está demais, entendeu, Presidente Cecchim?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu até vou pedir para o Ver. Mauro Pinheiro lhe dar dois minutos de fama, como relator *ad hoc*, para o senhor matar a sua vontade...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O senhor tem que respeitar, senão... O senhor não pode desrespeitar as pessoas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu não estou desrespeitando...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Está! Eu não estou reclamando por não ser relator, embora eu saiba muito bem que vocês não queriam que eu fosse relator, porque vocês têm coisa a esconder; agora, eu estou reclamando que o senhor tem que deixar de ser mal educado com a Presidente Mari Pimentel, não pode ser. Eu não vou ficar aqui fazendo discussão que o senhor está sendo um machista, mal educado, mas está; então o senhor tem que parar com isso um pouquinho. Não sei se a Ver.^a Cláudia Araújo, que é vice-líder do governo, está aqui para ajudar, para que a gente possa funcionar direito.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem, vereadora, entendido.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não estou entrando no mérito, mas um pouquinho de educação faz bem.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vamos chamar a Dona Veronica, que já está presente, para que faça parte da Mesa.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de solicitar que as testemunhas então venham, gostaria de já deixar registrado aqui, porque, como vocês veem, além do microfone, acontecem ameaças aqui nos bastidores; então, diz o Presidente Cecchim que eu irei responder por vídeos mentirosos. Só para deixar registrado que eu fui interpelada pelo prefeito e vice-prefeito com relação ao vídeo anterior, que esteve nas redes sociais também. E a justiça não deu vitória ao prefeito. Então, os vídeos não são mentirosos, eles são a verdade, só que a verdade...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): E eu agradeço, porque, a cada vídeo que a senhora coloca, eu ganho mais eleitores. Eu a agradeço muito. Eu ganho muito. A cada vídeo, eu estou ganhando mais eleitores.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A verdade é difícil... Ver. Cecchim, a verdade é difícil de engolir, mas eu acredito que o senhor entenda a gravidade dos fatos, e que a população de Porto Alegre deve saber.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem, Presidente. A testemunha já está presente, vamos passar à oitiva. Sr. Relator, por favor, faça os procedimentos.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro, eu gostaria que a Sra. Veronica dissesse seu nome completo, estado civil, profissão e onde trabalha atualmente.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Meu nome é Veronica Ribeiro Almuas, sou empresária e terapeuta. Sou casada e tenho um filho.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Só para lembrá-la que a senhora está aqui como testemunha em uma oitiva da CPI da Educação a respeito de compras de materiais. Quero que a senhora jure aqui dizer totalmente a verdade. Se não falar a verdade, a senhora poderá estar cometendo algum crime. Então, eu gostaria que a senhora jurasse aqui. A senhora jura perante esta CPI, que falará somente a verdade?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Posso começar as perguntas, Presidente? Gostaria de saber se a senhora tem acompanhado a CPI, se a senhora sabe do que se trata e por que a senhora foi convocada?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Então, gostaria que a senhora nos dissesse, como empresária, qual foi a sua participação em vendas para a SMED.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A minha foi com os *kits* de robótica pela empresa Conceitto, onde a gente vende por processo de INEX.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual é o nome da sua empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Conceitto.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Por qual valor que a senhora vendeu para a Prefeitura?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Para Cachoeira ou para Porto Alegre?

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Porto Alegre.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Foram R\$ 2.400,00.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Pelo valor de R\$ 2.400,00 que a sua empresa vendeu?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Ah, por robôs, por *kits*...

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O valor total.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: O valor total foi de R\$ 2 milhões.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Foram R\$ 2 milhões. A sua empresa fica aonde? Fica na cidade de Porto Alegre?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, fica em Gravataí.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sua empresa fica em Gravataí. Qual a sua relação com a secretária de Educação do Município de Porto Alegre, na época?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Nenhuma, porque eu sou da parte administrativa, não da comercial. Então, eu não tenho contato com nenhum outro órgão.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora é a proprietária da empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, sou.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Só a senhora ou tem mais sócios?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Somente eu.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Somente a senhora?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): E como que a senhora chegou até a SMED para vender para a SMED?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Participamos de eventos da Undime, e são os próprios diretores que nos procuram; são os secretários que nos procuram, entram em contato, nossa equipe faz o trabalho deles.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Não foi a senhora que fez a relação de venda?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, eu não me envolvo nessa parte.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Quem foi que fez a relação para chegar até a Prefeitura e vender?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A Marjorie, que faz os projetos.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Marjorie? Quem seria Marjorie?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Marjorie Nunes.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual a função dela na sua empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: É gerente comercial e pedagógica.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Ela é a gerente comercial?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Há quanto tempo existe a sua empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu estou com a empresa desde 2019.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Para quantas outras prefeituras a senhora já exerceu algum tipo de venda?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Foram várias.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Várias?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Várias.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Só no Rio Grande do Sul ou além?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Em todo o Brasil.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Todo o Brasil?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Todo o Brasil.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora ou a Sra. Marjorie tinham alguma relação... A senhora sabe se a Sra. Marjorie tinha alguma relação pessoal com alguém da Prefeitura de Porto Alegre?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Que eu saiba, não, apenas comercial.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): E como se deu o processo de venda? Por qual tipo de licitação que a senhora participou, a senhora pode nos contar?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Por INEX.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Por mim, é isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Mari.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Veronica, bom dia.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Bom dia.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Gostaria que a senhora descrevesse o que compõe o *kit* de robótica que a senhora vendeu para Porto Alegre.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: São os robôs, são educacionais, e os tapetes pedagógicos.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora reforça aqui que a sede da sua empresa é em Gravataí.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Mas a sede da sua empresa fica em Estrela.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, ela ficava, aí hoje a gente unificou a escola com a parte administrativa.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Mas na época da CPI, quando ocorreram os escândalos, aí a empresa ficava em Estrela?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Ficava.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E a empresa ficava na sede de uma outra empresa naquele momento?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora reconhece a família Pies.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, reconheço.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E, naquela época, a sua empresa ficava na mesma sede das empresas da família Pies?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu acredito que sim, foi tudo feito contrato, então tem tudo registrado.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Veronica, você entende que, primeiro, respondeu que a empresa não estava na sede de outra empresa; e agora você acredita que sim e que foi tudo feito via contrato?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, a minha empresa ficava lá; a gente saiu de Lajeado, passamos para Estrela pelo espaço físico que a Conceitto necessitava, e hoje tivemos a oportunidade de estar em Gravataí, unificando a parte da escola com a parte administrativa.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora adquiriu a empresa Conceitto em 2019?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: 2019.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora comprou a empresa Conceitto por que método de avaliação?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Está tudo documentado.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Vamos lá! Eu sou empreendedora, nós estamos aqui em uma CPI. Quando a gente compra ou vende uma empresa, vereadores, nós podemos usar *valuation*, nós não podemos liquidar ativos, a gente tem vários métodos de avaliação. A senhora adquiriu uma empresa...

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Por que método a senhora avaliou quanto valia a empresa que a senhora adquiriu em 2019?

SR. MARCELO VERLINDO: Bom, eu, como advogado da parte... O assunto aqui é o objeto da CPI, e não a forma como a cliente comprou a empresa ou deixou de comprar a empresa. Isso são questões comerciais, questões dela. Talvez, onde queiram chegar é como é que uma pessoa negra mulher comprou uma empresa, isso não é objeto da CPI. Ela responderá o que for objeto da CPI, e é isso que está... E ela foi requerida para isso. Agora, daqui a pouco, vão perguntar como é que ela entrou na 8ª série, como é que ela entrou no 2º grau, como é que ela comprou uma empresa. Isso é objeto que está na junta comercial, está lá o contrato disponível para a CPI e aprovado pela Receita Federal. A minha cliente responderá situações sobre a contratação.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, Sr. Advogado, entendo a sua preocupação em proteger a sua cliente. Sra. Veronica, qual é o seu vínculo com o Sr. Airton Pies?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Ele foi meu antigo vendedor.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ele foi seu antigo vendedor?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E ele não era proprietário da empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não. Eu sou proprietária da empresa.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ele nunca foi proprietário da empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Foi.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Veronica, eu gostaria que você tivesse, pelo menos, o interesse de responder a verdade para os vereadores aqui, porque, se eu perguntei o que ele era da empresa, a senhora falou que foi antigo vendedor, daí eu pergunto novamente se ele alguma vez foi sócio, agora a senhora fala que foi, então a senhora pode explicar...

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Olha, Ver.^a Mari, eu sou a proprietária da empresa Conceitto por mérito e por vocação. Amo o meu trabalho, amo trazer o desenvolvimento computacional para as crianças, não só de Porto Alegre, mas de todo o Brasil. O fato de eu conhecer pessoas que já participaram, já estiveram na empresa, não quer dizer nada. Isso acredito eu que não seja nenhum crime.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Veronica, deixe-me lhe explicar uma coisa: nós temos o Sr. Airton, que era o antigo proprietário da empresa antes da Sra. Veronica, como sendo o dono da empresa; depois disso, a Sra. Veronica vira dona da empresa, só que quem assina, depois, novamente, os

documentos é o Sr. Airton. E eu pergunto: qual é o vínculo da senhora com o Sr. Airton? E coloco aqui no telão, porque o Sr. Airton foi padrinho de casamento da Sra. Veronica. Porque eu não entendo se está faltando transparência, é a falta de memória ou o que que está acontecendo, porque nós temos aqui mais três pessoas para a gente ouvir... E ele não é um simples vendedor, ele era seu padrinho de casamento.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, e o fato de ele ser o meu padrinho de casamento, de ter me ajudado, no início, quando eu comprei a empresa, eu não entendo...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Veronica, a senhora adquiriu a empresa do Sr. Airton?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Da Tauana.

SR. MARCELO VERLINDO: Eu gostaria, Presidente Mari, porque nós estamos voltando de novo na questão que não é objeto da CPI. A CPI é a questão da contratação. As relações comerciais da minha cliente e como se deu as suas relações pessoais não são objetos da CPI. Isso significa dizer, a senhora é empresária também, como temos outros empresários aqui, e aos outros empresários não foi feito este tipo de constrangimento: como é que eles chegaram a ser donos das empresas...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Todos, nós perguntamos a todos, nós perguntamos. Tentamos quebrar vínculo também, não foi autorizado, todos nós perguntamos.

SR. MARCELO VERLINDO: Está bem. Então está respondido...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Então, o senhor ouviu as outras CPIs, você sabe que aqui nós temos duas situações. Nós tivemos outros empresários aqui que formaram cartel e utilizavam “sócios laranjas” para forjar licitações. O que nós estamos vendo aqui é uma nova tentativa de forjar a licitação com “sócios laranjas” e com essa situação...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadora, a senhora precisa deixar a testemunha falar, a senhora não pode dar a resposta que a senhora quer...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ele é advogado, a testemunha nem está falando...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (NOVO): Não tem importância, a senhora não acredita nos advogados e tem um aqui ao seu lado. A senhora não acredita nos advogados, respeite o seu advogado.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não é possível isso, a Mari Pimentel está fazendo oitiva, Presidente Cecchim, por favor...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (NOVO): Eu vou ser obrigado a cortar o seu microfone...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O senhor não pode falar o tempo inteiro. Ela está fazendo as perguntas. Fica evidente aqui uma situação suspeita, e o senhor não pode esconder essa situação suspeita. Pare de tentar esconder situações suspeitas, Presidente Cecchim, ou não está evidente que tem uma situação suspeita aqui?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor respeita a Mesa, Ver. Robaina, o senhor não está no Congresso ou no seu partido para fazer essa gritaria...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O senhor está escondendo a verdade. Está escondendo a verdade! Líder do governo que quer ocultar...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): No Congresso e no seu partido, o senhor vai às vias de fato, aqui não, aqui não!

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente Cecchim, eu queria perguntar-lhe: o senhor é líder do governo, o senhor está com medo desta CPI? O senhor tem medo das respostas das testemunhas? Porque o senhor interfere, ela está interpelando, ela está perguntando. O senhor tem que ouvir, ouvir! O senhor tem que aprender a ouvir. Deus nos deu dois ouvidos e uma boca apenas. Ouça essa frase, vereador. O senhor me responda: o senhor está com medo da CPI?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu não tenho medo, muito menos de V. Exa.; medo de V. Exa. eu nunca tive.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O governo tem medo da CPI.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor está fazendo um aparte para quê?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu estou lhe perguntando, porque o senhor está interrompendo. Nós queremos ouvir, ela tem que responder, ela não tem que tergiversar aqui, ela tem que responder às perguntas desta CPI.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ela responde aquilo que ela achar... Aqui ela não é obrigada...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Nós queremos investigar, vereador, o dinheiro público, o dinheiro do povo. Parece que tem gente que não quer saber onde foi parar o dinheiro do povo de Porto Alegre.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, o Ver. Jonas Reis está falando em que aparte?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em que aparte o senhor fala? Vocês pensam que estão no congresso dos partidos de vocês; aqui não é, aqui não. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Até porque se for lá, eles apanham...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É. Lá não dá para falar o que quer. Ver. Tiago, como nós temos várias testemunhas para falarem, eu pediria que o senhor ficasse nas três questões e usasse três minutos.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Bom dia, Sr. Presidente, Sra. Presidente, Mesa. Bom dia, Sra. Veronica Ribeiro Almuas, depoente. O que nos causa estranheza, Sra. Veronica, é que a senhora não aparenta ser da área da inovação, nem da tecnologia e tampouco da área da educação, e é por isso que algumas perguntas, e o nobre advogado já deixou bastante claro... Aparenta que eu quero dizer profissionalmente, pelo amor de Deus, estamos com pessoas capacitadas para entender, tem a ver com a carreira profissional. Então, o advogado precisa entender isso também, às vezes a gente vai um pouco além do escopo porque tem coisas que precisam ser entendidas. Qual o motivo da empresa Conceitto se localizar no mesmo endereço da cervejaria da família do Sr. Airton? Segunda pergunta: há uma licitação realizada no município de Maringá, a cidade de Canção, no Paraná, em que, mesmo após a tua entrada na empresa, o representante indicado foi o Sr. Airton. Pergunto: ele continuou

sócio da empresa mesmo após tê-la vendido para a senhora? E por que ele foi o indicado? Última pergunta: qual é a função que V. Sa. exerce na empresa efetivamente? Seriam essas três perguntas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Ficaste dentro das perguntas e do tempo também.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A minha função, eu sou diretora executiva. E o Airton aparece como comercial, na época. Qual é a próxima? A outra pergunta que eu não me recordo. A primeira que ele fez.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Primeira pergunta, vereador?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Isso, a gente passou para esse endereço pelo suporte, pelo físico, pelo espaço físico que a gente precisava. Era o ambiente mais adequado naquele momento... Comercialmente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Comercial.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não. Eu comprei a empresa da Tauana. O que eles não entendem? É, ele ficou só comercialmente, a empresa eu não comprei dele; eu comprei de uma outra pessoa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador Moisés.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim... Está tudo... Está a Junta Comercial. Qual é a parte que eles não entendem disso?

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Presidente, a minha pergunta é mais para esclarecimento das pessoas sobre o que foi dito pela empresária de uma entidade, a Undime, para a senhora só explicar para as pessoas que não conhecem a entidade. Foi feita a pergunta: onde que as gestões públicas, as prefeituras, enfim, conhecem os expositores? Então, só para ela explicar para os colegas vereadores o que é a Undime. E fazer uma observação aqui, algo que me incomoda muito, independentemente, nunca vi a senhora, não conheço a senhora, eu fico chateado quando algumas pessoas – e que sirva aqui para todos nós –, eu fico chateado quando fazem, presidente, para uma empresária, mulher, enfim, afirmações de que a senhora não parece ser ligada a alguma área. Julgar as pessoas pela aparência não é correto.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Isso o Ver. Tiago já explicou lá.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Não é correto, mas eu quero fazer esse registro, porque as imagens, os vídeos e a nossa sessão vêm sendo utilizados de maneiras não muito corretas, na minha opinião. Então, eu gostaria de deixar registrado aqui que, em hipótese alguma, a gente julga aparências. As pessoas têm valor, têm competências. Então a minha pergunta apenas é o que é a Undime?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A Undime é uma feira educacional que acontece nacionalmente.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O que é a Undime?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A Undime é uma feira educacional que acontece nacionalmente, onde todas as empresas participam para a apresentação dos seus equipamentos.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Ficou bem claro, mas eu faço questão de explicar novamente, até porque eu posso ter me expressado mal, quando eu disse sobre a aparência, e eu retifiquei, não tem nada a ver com aparência, foi o advogado de defesa que falou sobre mulher negra, eu nem entrei nesse assunto, analisando o histórico de V. Sa. como empresária. Então para que não surja nenhuma *fake news* espalhada pelo governo, como já foi espalhada em grupos, em outros momentos, a respeito do NOVO e de seus integrantes, reitero novamente para quem está assistindo, não tem nada a ver com a aparência física, estética ou o que seja. É analisando a questão da trajetória profissional. Repito, estamos entre adultos, pessoas que têm discernimento. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Feito o registro. Ver. Jonas, antes está inscrito o Ver. Robaina.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não, eu só queria uma questão de ordem, porque a testemunha disse que a Undime era uma feira; a Undime não é uma feira, ela é um organismo que reúne os dirigentes municipais de educação para vários tipos de debates. Então, se ocorreu, em algum momento, alguma feira organizada ou proposta pela Undime, é uma coisa bem diferente da Undime, para a gente não atacar aqui inclusive a imagem da Undime, que é uma instituição importante que reúne as pessoas para debaterem políticas educacionais, propostas...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Feito o registro, vereador. Ver. Robaina. Três perguntas, três minutos, por favor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Dona Veronica Ribeiro Almuas, a senhora fez uma venda de R\$ 2 milhões para a Prefeitura de Porto Alegre. A senhora poderia me explicar o conceito de inexistência?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Temos a carta do fabricante de exclusividade.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, o conceito de inexigibilidade, a senhora pode explicar como é que a senhora... Que produto...

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, eu tenho o advogado da empresa que cuida de tudo isso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora é dona de uma empresa que fez uma venda de *kit* de robóticas. A senhora tem a sua formação em Reiki, não é?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sou terapeuta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Terapeuta Reiki, mas a senhora fez uma venda de R\$ 2 milhões de *kits* de robótica, e a senhora não pode me explicar o mecanismo pelo qual a senhora fez essa venda?

SRA VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sr. Robaina, todos os terapeutas, eu acredito que merecem o respeito. E, por muitas coisas que eu vi nas redes sociais, me tratando de forma totalmente desrespeitosa pelo fato de eu exercer uma outra profissão por amor. Amo a educação...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Dona Veronica, é porque eu tenho pouco tempo, e eu não estou eu não estou fazendo considerações sobre a terapia reikiana, eu estou fazendo considerações sobre uma empresa que vendeu um *kit* de robótica a R\$ 2 milhões na Prefeitura, e a senhora não sabe me explicar o que é o conceito de inexigibilidade, que foi o mecanismo com o qual a Prefeitura contratou a sua empresa. E a senhora tem que saber que nesta CPI – e aí eu realmente não tenho respeito – há suspeita de cartel de empresas

e há suspeita de laranjas. Então eu, às vezes... Eu não gostaria que a senhora estivesse nessa condição tendo que depor, mas a senhora formalmente aparece como a dona dessa empresa que fez essa venda, e eu gostaria de saber qual é o seu histórico no ramo empresarial, como nasceu a sua empresa e se a senhora abriu a sua empresa por solicitação de alguém. A senhora pode me explicar qual o seu histórico? Por que que a senhora abriu sua empresa? Se teve alguém que solicitou à senhora para abrir a sua empresa que vendeu *kits* de robótica no valor de R\$ 2 milhões para a Prefeitura de Porto Alegre pelo mecanismo da inexigibilidade, ou seja, não teve concorrência. A senhora, em tese, tem produtos tão específicos que eles não precisam de concorrência, porque eles são já *a priori* demonstráveis como produtos que devem ser adquiridos? O seu advogado pode te dar as informações que ele quiser, mas eu gostaria que a senhora, como presidente, como diretora da empresa, como chefe dessa empresa nos explicasse como surgiu essa ideia ou se alguém te indicou e quem foi a pessoa?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Robaina, eu vou lhe dar 30 segundos a mais para o senhor dar a oportunidade, ou o senhor ter a oportunidade de explicar por que é que o senhor a chamava de cartomante. Eu acho que isso que é importante neste momento, o senhor explicar...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O senhor quer falar sobre terapia ou o senhor quer investigar a CPI, os esquemas de cartel e os laranjas que o governo contratou nesse caso? Eu não estou entendendo a sua interrupção. Porque o senhor não vai me desrespeitar porque eu estou com a palavra. Então, eu quero saber da dona Veronica Ribeiro quem indicou a senhora para fazer a sua empresa? Quem deu essa ideia para que a senhora seja presidente de uma empresa? Qual é a sua história como empresária? E por que a senhora não sabe sequer me explicar o que é inexigibilidade? Estou aguardando as respostas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Os seus três minutos já foram.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu estou aguardando a resposta.

SR. MARCELO VERLINDO: Ver. Robaina, com todo o respeito que o senhor merece, eu lhe conheço há muitos anos, isso não é uma prova oral aqui. Talvez eu pergunte para alguns vereadores o conceito de inexigibilidade, e muitos não saibam dizer, talvez nem o senhor. Então, ela tem uma equipe dentro da empresa técnica, e está se pressupondo que um empresário tem que conhecer todos os procedimentos dos quais têm equipes contratadas para isso. Eu sou advogado da empresa, modéstia à parte, um especialista em licitações públicas, se o senhor buscar isso, que dá todo suporte para a proprietária da empresa, assim como outras 200 empresas que são nossos clientes que mal sabem quais são os procedimentos da administração pública para vender. Eles conhecem são os seus produtos. Então, assim, eu vou passar para ela, mas isso aqui não é uma prova oral sobre conceitos de licitação. Então, esperar que talvez um empresário ou outro talvez até sejam acusados de serem especialistas na área da administração para fraudar, isso não é o comum, porque eles vendem produtos para as outras áreas. Entrar no conceito... Se eu lhe perguntar: qual é o conceito de inexigibilidade?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. advogado, o que eu estou...

SR. MARCELO VERLINDO: É difícil, não é?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A Sra. Veronica quer responder?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Olha, Sr. Robaina...

SR. MARCELO VERLINDO: (Manifestação fora do microfone.) Quantos aqui sabem o conceito de inexigibilidade de licitação?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora pode nos contar a sua carreira empresarial? E pode nos contar, inclusive para a senhora não ter esse constrangimento, porque eu creio que não é a senhora a responsável pelo que nós estamos investigando, mas a senhora poderia nos dizer quem deu a ideia para a senhora fazer essa empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Olha, Sr. Robaina, eu fui buscar algo para que eu pudesse investir, tinha essa oportunidade e entrei nesse negócio. E assim: posso, realmente, não entender muito sobre a parte de robótica, sobre a área de tecnologia. E, como eu tinha um valor para investir, se eu tivesse comprado uma clínica médica, o fato de eu não ter formação em medicina e ter profissionais capacitados de excelência lá dentro me impediria de ser dona da mesma?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Veronica, eu sou empresária do ramo de barbearia.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Terminou?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, não terminei.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu não sei cortar um cabelo. Eu, notoriamente, não pareço uma empreendedora do ramo de barbearia, mas, certamente, qualquer pergunta que a senhora fizer, neste momento, sobre a barbearia, eu saberia responder. Então essa é a questão.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sra. Veronica, a senhora tem que entender uma coisa: não é nada contra a senhora, pessoalmente, mas a senhora tem que entender. Eu, inclusive, fui na tribuna. Quando eu soube que a sua especialidade era terapeuta, eu fiquei me perguntando: como que uma terapeuta reikiana, porque a sua especialidade é essa, com todo respeito, mas é outra área

do conhecimento, outra área empresarial. Então, eu fiquei me perguntando: será que o governo, sem lhe conhecer, será que não teve nessa empresa Conceitto, porque essa empresa, Sra. Veronica, ela se apresentou na Prefeitura por uma terceira pessoa de nome Marjorie Klich Nunes. Foi essa pessoa que se apresentou na Prefeitura.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Essa pessoa é que tem relações com a ex-secretária Sônia, ela tem relações estreitas com a ex-secretária Sônia. E foi essa pessoa que se apresentou na Prefeitura, para fazer a mediação a partir da qual a Prefeitura contratou a empresa, sem concorrência pública, no valor de R\$ 2 milhões. Coincidentemente, é a sua empresa, está no seu nome. Mas eu vejo aqui que a senhora não consegue nos explicar como é que a senhora chegou a essa escolha empresarial. Por que a senhora viu ali uma oportunidade? Então, eu vou insistir, eu vou lhe perguntar: primeiro, qual é a sua relação com essa Escola Maker e com a senhora Marjorie? Qual é a relação da Marjorie com a ex-secretária Sônia, se a senhora sabe dessa relação. E insisto, porque a senhora ainda não me disse: quem lhe deu a ideia de montar essa empresa?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, seu tempo já foi esgotado.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Só vou aguardar a resposta.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu conheci a Marjorie num evento em Florianópolis, de educação, e ela me fez essa proposta. E ficou algum tempo a gente estudando, e houve essa oportunidade.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Foi ela que lhe fez a proposta...

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...de fazer a venda para a Prefeitura?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, de formarmos a empresa.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É a mesma empresa, Conceitto e Maker é a mesma empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É a mesma empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Próximo inscrito é o Ver. Jonas Reis.

SR. MARCELO VERLINDO: É só uma coisa importante, que talvez esteja descontextualizada aqui. A compra da empresa por parte da minha cliente foi em 2019, nem se imaginava que o, nem se imaginava que o prefeito seria prefeito, que essa licitação ocorreria, ou que essa dispensa. Então, está se colocando numa forma como se esses atos fossem concomitantes com o atual. A compra da empresa por parte da cliente nem o prefeito nem a atual era gestão. É só isso para contextualizar que não há essa ligação: compra a empresa para vender para a Prefeitura de Porto Alegre. Antes da Prefeitura de Porto Alegre, foram realizadas várias vendas para outras prefeituras do Brasil inteiro. Não tem nada a ver com Porto Alegre isso.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sr. advogado, eu entendo a sua questão de politizar, mas nós estamos analisando uma situação de uma fragilidade do vínculo da empresa com a sua própria empresária...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): ...e com o ato de INEX, que é utilizado pela empresária, e reforço aqui, eu sei que o senhor quer aqui proteger a empresária, mas a empresa, na verdade, o Sr. Airton, o sócio inicial da empresa, o padrinho da Sra. Veronica, já teve investigação nas empresas que ele participava de licitação. Então acredito que a Sra. Veronica, ao fazer negócio com Sr. Airton, manter a empresa no mesmo espaço do Sr. Airton, ele ser representante, sendo que ele vendeu a empresa para a Sra. Veronica, todo esse triângulo mostra que a Sra. Veronica sabia dos riscos que estava correndo ao adquirir e fazer esse tipo de movimentação na empresa dele.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Cecchim, Presidente Mari, uma questão de ordem. Eu acho que o advogado está fazendo o trabalho dele, está no direito dele, mas eu acho que ele deveria se restringir a soprar ali para sua cliente: não responda, ou responda. Em várias oportunidades, é ele que está respondendo, está aqui tentando dar uma palestra, tudo bem. Então, eu gostaria de fazer essa questão de ordem, para que o senhor conduzisse dessa maneira: quando ela for perguntada, e ele achar que a cliente não deve responder, ela tem esse direito. Mas, não, ele toda a hora ficar dando uma palestra, porque senão nós vamos sair daqui... E não interessa a opinião dele, interessa o que a depoente tem a dizer. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Isso vale para a Mesa também?

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): O senhor e a senhora presidentes que conduzem ai.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sr. advogado, a minha pergunta: a Sra. Veronica sabia dos riscos, quando você adquiriu a empresa do Sr. Airton?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A empresa, ela é minha desde 2019, e o que aconteceu antes...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora entende que, quando a senhora adquire uma empresa, normalmente os empresários fazem uma *due diligence*, que elas avaliam os riscos inerentes dessa empresa: qualquer passivo trabalhista, qualquer passivo fiscal, ele vai ficar para senhora. A senhora, como empresária, sabe desses riscos. A minha pergunta é se a senhora avaliou esses riscos ao adquirir a empresa do Sr. Airton, porque o seu advogado está tomando toda hora a fala.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, avaliamos. O advogado olhou tudo, vi que não tinha nenhum risco iminente que pudesse me trazer algum transtorno e comprei a empresa e não me arrependo.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora sabia que o Sr. Airton era investigado por fraude à licitação?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Se ele foi investigado ou não, isso não me diz respeito.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora sabia?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: O que me diz respeito é o que acontece na minha empresa a partir do momento que sou proprietária.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora responde pelo passivo da empresa como nova adquirente da empresa. A senhora, como empresária, deve saber isso. O seu advogado deve lhe ter instruído.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Qualquer documentação que a senhora precisar está na Junta Comercial e na Receita Federal, a senhora pode tirar qualquer um deles.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora sabia que o Sr. Airton respondia por fraude à licitação?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A senhora quer saber do Sr. Airton, ou sobre mim? Sobre a minha empresa, ou sobre o Sr. Airton?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A minha pergunta é se a senhora...

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Porque qualquer coisa que for referente a outra pessoa eu não vou responder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A testemunha é obrigada a responder, está na tela a investigação do Sr. Airton. A empresa que a empresária Veronica adquiriu é do Sr. Airton.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu não vou responder sobre...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora não vai responder então?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não. O que eu vim aqui... Eu fui chamada, porque, nas redes sociais e em tudo que saiu na mídia, que eu era cartomante, que eu era terapeuta, que essa mulher não tinha capacidade de gerenciar uma empresa. Fui tratada de forma muito desrespeitosa, até então, eu

não entendo qual foi o motivo que levou tudo isso, e está fugindo totalmente do objeto da CPI fazer perguntas de cunho pessoais. Se for, eu vou responder o que for sobre a empresa e sobre o objeto da CPI; caso contrário, eu não vou dar nenhuma resposta.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Fraude à licitação é objeto da CPI. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Jonas Reis, três minutos, três perguntas, por favor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia, Sra. Veronica, obrigado pela sua presença. A primeira pergunta é se houve reuniões entre o Sr. Airton Pies e o secretário do governo Melo, Alexandre Borck, antes da compra de mais de R\$ 2 milhões da empresa que ele era dono e que agora a senhora refere ser dona?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não tenho conhecimento de nenhuma reunião, até porque eu não tenho contato com essas pessoas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): E, nessa mesma seara, houve alguma reunião da Sra. Marjorie com o secretário do governo Melo, do MDB, Sr. Alexandre Borck, antes das compras de mais de R\$ 2 milhões da sua empresa para esta Prefeitura?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Bom, sempre tem reuniões, mas desconheço isso.

VEREADOR JONAS REIS (PT): A senhora sabe quem é Alexandre Borck?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, não o conheço.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não conhece o secretário do governo Melo Alexandre Borck?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não. Não.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Nunca se reuniu com ele?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, até porque eu sou da parte administrativa, não comercial. Então, eu não tenho contato com ninguém.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Esse curso de 90 horas de treinamento para os professores, quem foi que deu?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: São diversos professores. Tem vários professores na equipe e depende da agenda, então eu não sei te dizer agora qual deles que foi, se foi mais de um dos professores.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Em que período foi dado esses cursos?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Após a venda.

VEREADOR JONAS REIS (PT): E os cursos já se encerraram?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu acredito que ainda não. Tem alguns cursos ainda para serem dados, algumas formações.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, já foram as perguntas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Oliboni, se quiser, pode apanhar o microfone.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia, nobre Presidente da CPI, Ver. Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, nós estamos hoje na oitava da Sra. Veronica Ribeiro Almuas. Veronica, tem algumas perguntas que precisam ser esclarecidas. Quando a senhora comprou a empresa, segundo o seu advogado, em 2019, a senhora residia onde?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu pretendia, eu estava procurando um lugar para morar aqui no Rio Grande do Sul.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pretendia? A senhora morava onde?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, pretendia. Eu estava procurando um outro lugar.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): A senhora morava onde?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu continuo morando em Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): De lá até hoje, a empresa parece que trocou de muitos municípios. Quais foram os municípios?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A sede da empresa antigamente ficava em Lajeado, depois foi para Estrela, hoje se encontra com sede tanto administrativa como a parte educacional em Gravataí.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O Seu Airton é de onde, a senhora podia precisar de onde ele era? Onde é que a senhora conheceu o Seu Airton?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A gente se conheceu em um evento de educação junto com a Sra. Marjorie.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Como foi que a senhora se habilitou para comprar a empresa dele? O que motivou a comprar essa empresa nessa área de fornecimento de materiais escolares?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Na verdade, eu sempre tive paixão pela parte da educação; e como no momento era o que estava ali mais viável, achei, acreditei realmente que foi um bom negócio, inclusive, tenho professores na minha família.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Veronica, só complementando, qual foi a data do evento?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Só um pouquinho, eu não quero perder o raciocínio.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Bom, isso foi cinco ou seis anos atrás, não sei te informar a data, posso procurar.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): A senhora atuava em que ramo antes de estar no ramo da educação?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu sempre atuei como terapeuta, sempre procurei melhorias tanto em relação à saúde física, mental e emocional das pessoas como também acredito na parte da educação, que estamos muito carentes. Então sempre procuro alguma coisa que traga evolução.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Olha só, então a senhora forneceu um *kit* de robótica acima de R\$ 2 milhões sem concorrência. Qual a especificação do *kit* de robótica, vamos dizer assim, que o torna exclusivo, que ninguém está competindo com a senhora no mercado? A senhora poderia dizer que especificação tem esse *kit* de robótica?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Ele serve tanto para a parte educacional, desenvolvimento físico e motor; ele contém o robô, que é o Explorador Kids, e os tapetes pedagógicos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Como foi que a senhora teve esse contato com o governo municipal? Quem foi que fez, a senhora, seu representante?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, minha representante.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): E como se deu essa exclusividade? A senhora é a dona da empresa.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A gente tem a carta de exclusividade do fabricante, então o nosso projeto é único no estado.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Mas assim, qual é a característica que o torna tão especial? Essa é a questão, nós não estamos entendendo isso, o que o torna tão especial que não tem concorrente no mercado, só a senhora.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, o senhor já fez as três perguntas, mas essa última vale.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ok, concluo aqui. É essa a questão.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu sou proprietária da empresa, eu não trabalho na área de projeto; então, assim, o nosso projeto é único e exclusivo, tanto é que a própria parte da venda já diz isso.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Em nenhum momento, quando a senhora foi comprar a empresa, a senhora teve que provar o seu patrimônio? A senhora comprou de que forma, poderia dizer para nós? Muito obrigado, Presidente, é a última pergunta.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Ver.^a Biga.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, porque eu já respondi isso, as condições estão no contrato social de compra da empresa. Então, eu já respondi isso umas duas, três vezes.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Biga.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Bom dia. Agradeço a sua presença, Sra. Veronica, que aceitou o nosso convite e veio aqui. Eu considero que a senhora está aqui exatamente para nos ajudar a elucidar todas as nossas dúvidas. As perguntas que lhe estão sendo dirigidas são nesse sentido, para elucidar as dúvidas que esta CPI tem levantado. Quando o seu advogado se dirige a nós, eu quero dizer que aqui todos nós temos as nossas assessorias, que nos ajudam, nos informam. É isso. Eles vêm aqui e nos dizem. Nenhum deles usa microfone. Não. Eles nos assessoram. Este é o papel do assessor: assessorar, não é ser o protagonista. Aqui, a senhora foi convidada, e a senhora está sendo perguntada sobre uma situação que não está clara para nós. Inexigibilidade, eu sei, eu fui secretária de Estado, eu sei do que estou falando, mas não necessariamente vereadores, vendedores saibam isso. Agora, uma

empresária que vende para o setor público? Ah, ela tem que saber! Ela tem que saber. Isso é lei. Está lá na lei. Está lá escrito na Lei nº 8.666 o que é esse processo. Mesmo a senhora não respondendo, eu quero dizer que a senhora já respondeu o que é, porque exatamente o processo da inexigibilidade diz respeito a quando não há concorrentes, a quando tu tens uma exclusividade para dar conta, não há competição. Muito bem. Agora, nós precisamos entender a sua venda de R\$ 2 milhões, como ela se dá. Primeira pergunta que eu lhe faço: a senhora comprou a sua empresa em 2019 do Sr. Airton, certo? Certo?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: (Manifestação fora do microfone.) Não foi do Airton... Não bate.

SR. MARCELO VERLINDO: (Manifestação fora do microfone.) Não bate. Está no contrato social.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Por favor. A senhora comprou a sua empresa do Sr. Airton?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não. Está no contrato social. Eu comprei de uma outra pessoa, e isso está tudo documentado. Eu não sei por quê...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Quem é essa outra pessoa, Sra. Veronica?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A Sra. Tauana. Ela que era a dona da empresa quando eu a comprei. Então, eu não comprei do Airton.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): E a Tauana era proprietária dessa empresa desde quando?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Esse documento... Está todo documentado aqui pela CPI. Eu não sei por que essa pergunta novamente.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu não sei, por isso que eu estou lhe perguntando, eu não sei. Desde quando a Tauana era a empresária, proprietária dessa empresa Conceitto?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Agora eu não me lembro quanto tempo que estava com ela. E assim, como eu disse, a empresa e tudo que for de 2019 para cá, eu posso responder. O que aconteceu lá atrás...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Entendi, beleza, 2019 para cá a senhora vai responder da empresa. A senhora, como empresária, na sua trajetória, a senhora já tinha tido outra empresa? A senhora já foi empresária?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Não, pelo que eu entendi. A senhora era e é uma terapeuta reikiana; eu não tenho absolutamente nada contra, nem a ser cartomante, tem pessoas que acreditam, que fazem e não tem problema nenhum, está tudo certo, o problema aqui não é isso, o problema não é de ordem pessoal. As perguntas que nós estamos lhe dirigindo dizem respeito a esta empresa e a relação dessa empresa com Marjorie, com Tauana, com Airton, como que se dá a relação dessa empresa, porque chama atenção essa relação. Quem era o fabricante dos produtos que foram vendidos? A robótica, os tapetes, os robôs, quem fabricava isso?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A TTS é o fabricante.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Não fabricam mais?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Continuam fabricando, compramos ainda com eles.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Mais uma pergunta, depois...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sim. Quem é a outra empresa? Essa empresa que fabrica só vende para vocês? Não vende para outra empresa? É exclusiva também?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, vende para outros lugares no mundo, mas nós, aqui no Brasil, temos a exclusividade desses objetos.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Só para vocês?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A TTS?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: É TTS.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): TTS. A senhora não dizer qual é a empresa... TTS, por favor, eu repito: TTS...

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: É a nossa importadora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ela é importadora. O que quer dizer essa sigla Sra. Veronica? Eu preciso só entender, meu Presidente. Eu quero entender a exclusividade, qual é a empresa fabricante dos produtos que a senhora vende, Sra. Veronica?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A TTS.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Que é o quê?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: É o fabricante.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ela é a fabricante ou ela é importadora?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: É a fabricante.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ela é fabricante. O que significa TTS, a senhora pode me dizer?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Toda a documentação está no processo, tem ali, vocês podem ver.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Mas a senhora foi convidada para uma oitiva, se fosse para nós lermos, a gente leria, mesmo lendo ficaram dúvidas que a gente está lhe perguntando, e eu peço que a senhora não se incomode. Eu estou perguntando porque eu não sei a resposta e eu quero tê-la. Eu pergunto novamente, porque, para mim, não está claro, a senhora está consultando o tempo todo seu advogado porque a senhora não sabe do processo licitatório, não sabe o que vende, nem de quem compra, nem de quem comprou, está muito confuso, a senhora entende? Então, eu estou lhe perguntando para me ajudar a entender: quem é TTS? É uma importadora, é uma transportadora ou é uma fabricante, de onde ela é? O advogado vai dar o Google? É para nós dar o Google para saber quem é TTS, a empresa da qual a senhora compra e a senhora tem exclusividade na compra da TTS, no País, e a senhora não sabe o que significa TTS? A senhora me disse, primeiro, que ela era fabricante.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Nossa fabricante.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Depois, a senhora me disse que ela é importadora, importa de onde? De onde é essa empresa? Qual a cidade, qual Estado, qual País? Eu estou lhe perguntando e eu não tive nenhuma resposta, Presidente Cecchim, para deixar claro, para deixar claro a Veronica não me respondeu nada! Eu estou lhe perguntando para saber!

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu vou dar um exemplo, eu tenho uma empresa chamada BNP.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): O senhor trabalha com ela?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Era Basalto Nova Prata, só que, se botar no Google BNP, vai aparecer BNP Paribas, que é um dos maiores bancos do mundo.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): O senhor não saber, eu não saber dessa empresa é normal, agora, ela é empresária que compra com exclusividade dessa empresa e não sabe que empresa é essa, nem a sigla o que significa, nem onde ela está, é muito estranho, Sra. Veronica, é muito estranho a senhora não saber nada. Eu vou dar um Google, a senhora faz assim para fazer prospecção para sua empresa, é assim que a senhora é empresária?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora. A senhora faz muito bem o papel. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia Sra. Veronica, queria lhe perguntar: a senhora acredita que as compras dos *kits* de robótica foram realizadas de forma legal, e que isso trouxe melhorias para a nossa educação? A senhora acredita que isso melhorou a questão da educação das nossas

escolas, principalmente as mais vulneráveis da educação das nossas crianças que hoje têm um índice muito ruim de ensino?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Acredito que sim, vereadora, trouxe vários benefícios, até porque isso desenvolve nas crianças a vontade de estar dentro da escola. Os nossos *kits* de robótica são maravilhosos e estimulam o pensamento computacional nas crianças. Hoje, nos tempos que nós estamos, nenhuma criança quer ir para a escola ver um quadro verde e giz; eles querem aprender com novidade, com tecnologia. E eu acredito, sim, que os nossos *kits* de robótica são maravilhosos para todas as crianças.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A senhora deve ter feito muitos negócios, como a senhora mesma disse, não só aqui em Porto Alegre como em outros locais em todo Brasil. Eu queria saber se, além desta, se além da nossa compra, teve outras compras que foram por INEX?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim. Nós vendemos os *kits* de robótica apenas dessa maneira.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Todas as suas vendas são por inexigibilidade?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): E alguma vez a senhora teve, com alguma outra venda, algum problema parecido com este, em Porto Alegre, que questionou a negociação e que veio a transformar isso numa CPI?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não. Nunca.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Está bem. Muito obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador Giovani, pode apanhar o telefone para a sua mesa.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Bom dia, Sra. Veronica, Presidente Mari, Presidente Cecchim e demais colegas vereadores e vereadoras. Eu quero, Sra. Veronica, dizer que fico bastante satisfeito de termos uma empresária mulher, negra liderando uma empresa. E fico muito feliz que os colegas vereadoras e vereadores tenham demonstrado, na manhã de hoje, um compromisso com a luta antirracista e feminista. E, com esse compromisso que sempre tive, as perguntas que vou lhe fazer serão bastante respeitadas, mas consciente de que hoje o seu lugar é de depoente nesta CPI pelas razões já levantadas pelos demais colegas vereadores e vereadoras. E preciso lhe dizer que considero, pelo menos, evasivas as respostas que tu tens tido e tens apresentado a esta CPI. Então, vou ser bastante objetivo, bastante objetivo. O produto que a senhora vende possui concorrentes no mercado? Não estou falando sobre a carta de exclusividade que a senhora possui. A senhora vende *kits* de robóticas. Existem outros *kits* de robóticas que concorrem no mercado?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Igual ao nosso não.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Não estou perguntando se existem produtos iguais ao da senhora, porque esse eu já sei que existe exclusividade. Estou perguntando se existe concorrência no mercado com a senhora, outros *kits* de robótica.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, como o nosso não.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A senhora acabou de dizer que vende por inexigibilidade para outras prefeituras ou outros entes. Quais são esses entes que a senhora já vendeu, além de Porto Alegre?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Nossa, tem para Campina Grande, tem para vários municípios, a gente vendeu para Cachoeira, estamos fazendo outros negócios, tem Fortaleza, tem em São Paulo, tem em Minas, tem vários estados.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Todos no mesmo processo de Porto Alegre?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A empresa de fato nunca participou de nenhuma disputa de licitação?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Dos *kits* de robótica, do Explorador Kids não.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Aqui, na CPI, a senhora teve algum nível de dificuldade de descrever esses produtos. Quem poderia descrever esses produtos para esta CPI?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: A Marjorie poderia responder, porque ela faz os projetos e ela entende muito bem de tudo que se trata do computacional desses *kits*. Então ela que faz os projetos, ela é a pessoa mais indicada para explicar isso.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): E a senhora, como presidente da empresa, poderia nos narrar quais foram os processos desde o início da interlocução da empresa com a Prefeitura até a consolidação da contratação? Como se deu a contratação da sua empresa, por parte da Prefeitura?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Nós fomos procurados...

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Por quem?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Aí quem tem que... É a Marjorie que faz essa parte do comercial. Então, nós fomos... Nós recebemos, diariamente, várias ligações de vários diretores, de secretários, para que estejamos apresentando o nosso projeto. E assim é feita a negociação, porque, como eu falei, participamos do evento da Undime, participamos de algumas feiras, ali conhecemos vários diretores, professores, secretários adjuntos e, através dali, eles deixam os seus contatos, pegam os nossos contatos e eles entram em contato com a gente para que a gente faça a apresentação de todo nosso material.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): E quem foi o representante da Prefeitura de Porto Alegre que procurou vocês?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Ai, agora eu não sei, porque várias pessoas... A gente tem que ver na nossa agenda qual deles que entrou em contato primeiramente.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Porque, em alguma medida, eu entendo que a senhora tem o direito de não ser uma especialista em robótica.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, não sou.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Mas Porto Alegre é uma das principais cidades do País. Então o contrato da empresa da senhora com a Prefeitura de Porto Alegre não é um contrato qualquer.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A senhora, enquanto presidente da empresa, saber quem da Prefeitura procurou a sua empresa, eu considero uma informação relevante.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: É como eu te falei, quem faz a parte do comercial... E a gente recebe várias ligações diárias. Então, agora, de momento, eu não sei te passar quem é que foi, qual dessas pessoas que foi que entrou em contato, recebemos muitas.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Mas certamente foi a Prefeitura que entrou em contato com a empresa da senhora?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, geralmente são as prefeituras que entram em contato conosco.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): E como que nós podemos fazer para ter essa informação que lhe pergunto? Vocês podem enviar à CPI?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Podemos mandar oficialmente.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Então eu gostaria de solicitar aos presidentes que a CPI encaminhasse formalmente para a empresa essa interrogação, e que nós pudéssemos contar com a Marjorie para dar as respostas que ela ainda não pôde dar.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Para últimas duas perguntas, a Ver.^a Mari Pimentel.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de reforçar. Eu tenho algumas perguntas aqui. Sra. Veronica, a senhora falou que você vende apenas por INEX, ou seja, pela dispensa de licitação, mas a senhora aqui foi contratada na Prefeitura de Maringá por pregão. A senhora não lembra disso ou a senhora omitiu a verdade aqui na presente CPI?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Por gentileza, o documento. (Pausa.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora reconhece esse documento, Sra. Veronica? A senhora é responsável administrativa, eu tenho certeza que essa não é uma parte comercial, e a senhora diz que é responsável administrativa.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu participei do pregão porque estava aberto, mas quem faz as escolhas é a administração pública, não é a empresa.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas a senhora reforçou que o único método de venda da sua empresa é por INEX. Aqui a senhora participou de um pregão, no qual o antigo dono da empresa, o Sr. Airton, é que foi representando a senhora. A senhora não esteve presente nesse dia do pregão?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E por que o Sr. Airton vai representando a senhora, sendo que ele era o antigo dono e não a senhora?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Ele não me representa mais na empresa.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Mas por que ele foi nesse pregão representando a senhora, sendo que ele não era mais dono da empresa?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Em que época foi? Qual foi a data?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Está aqui, a senhora pode ter acesso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Foi em 2019 esse pregão.

SR. MARCELO VERLINDO: (Manifestação fora do microfone.) Esse pregão, em 2019, possivelmente até antes da aquisição da empresa.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, acredito que sim, porque eu não me recordo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Tem que trazer documentos válidos.

SR. MARCELO VERLINDO: Eu gostaria que consignasse que o pregão que a cliente não tem informação, por óbvio, é um pregão de 2019.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, ela já era dona nessa época. Mas tudo bem.

SR. MARCELO VERLINDO: Aí temos que... Ela é de dezembro de 2019. O pregão se deu antes. Não há como ela responder sobre um momento em que ela não fazia parte da empresa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCELO VERLINDO: Não, o pregão iniciou em 2019.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A empresa já estava em posse da Sra. Veronica, mas eu acredito que ela está tendo dificuldade de responder. Sra. Veronica, a minha pergunta é a seguinte...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É a última pergunta.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não é a última pergunta.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É a última pergunta. A senhora me pediu duas e está fazendo uma segunda. É a última.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, como Presidente da CPI...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora tem que ter respeito pelos outros vereadores.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Todos os vereadores, eu entendo, podem perguntar também, e eu vou perguntar. Sra. Veronica, a minha próxima pergunta é: a Sra. Marjorie, aqui foi atestado pelas antigas testemunhas, Sra. Claudia, que era secretária adjunta da educação, como sendo amigas íntimas. Não apenas um contrato comercial, mas se conhecendo de relações passadas. Sra. Marjorie, que é a sua agente comercial. A senhora tem ciência de que a secretária adjunta da Secretaria de Educação era amiga íntima da Sra. Marjorie?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Olha, o fato de elas se conhecerem, não acredito que seja íntimo. Até porque, todas as vezes que eu e a Marjorie...A gente conversa sobre as coisas da empresa, nunca me pareceu, transpareceu uma intimidade entre as secretárias.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Elas se conheciam antes de fazer a relação comercial e antes da feira, que a senhora disse que elas se conheceram.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, acredito que sim, porque ali a gente encontra muitos secretários. Também, no último evento que a gente esteve, que foi aqui, a gente encontrou muitos secretários.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora está omitindo a verdade, porque a senhora falou que se conheceram todos na feira, mas a senhora conhecia antes dessa feira. A secretária e a Marjorie se conheciam antes da feira.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Olha, senhora vereadora, eu não estou faltando com a verdade, até porque o que diz respeito à vida pessoal da Marjorie, da secretária Sônia, da Cláudia, não me diz respeito. Eu estou aqui por cunho profissional, e isso, sim, eu respondo. Como eu estava dizendo para a senhora, a gente se encontrou, a gente encontra muitos secretários e muitas pessoas em todos os eventos e feiras de educação que participamos. Então, se estar no mesmo ambiente nos torna íntimos, sou...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, a gente teve a fala da secretária dizendo que elas eram amigas anteriormente.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Mas aí eu não posso responder pela fala da secretária, eu vou responder o que diz respeito a mim.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu nunca a ouvi dizer que era íntima, a vereadora está faltando com a verdade.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Elas estudaram juntas, elas são amigas há 20 anos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nunca falaram que eram íntimas.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eu estudei com muitas pessoas, e isso não me faz ser íntima delas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quem está faltando com a verdade é a senhora agora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, ela falou, a gente pode tirar o recorte. Sra. Veronica, porque o *kit* que foi vendido a Porto Alegre custou R\$ 200 mais caro do que para a Prefeitura de Cachoeirinha?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Dez meses depois de Cachoeirinha é que foi feita essa venda, de Cachoeira. Então tudo, absolutamente tudo, aumentou, teve reajuste. Então, teve, sim, um aumento de preço, mas nada que extrapolasse, e a gente não tirou nada do que fosse justo.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Duzentos reais a mais em torno de quase mil *kits*, nós estamos falando de R\$ 200 milhões sobrefaturados para Porto Alegre. Se a gente está... Duzentos mil sobrefaturados para Porto Alegre. A senhora considera que Porto Alegre adquiriu uma quantidade maior do que a outra prefeitura. Não deveria ter uma vantagem econômica? A senhora que é empresária...?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não, como nosso processo é por exclusividade, todos os nossos equipamentos, independente de eu vender esse copo ou dez copos, o preço, o valor vai ser o mesmo para todos. E como teve reajuste de preço em absolutamente tudo, na exportação, na compra, nos insumos, teve, sim, o aumento de mercado, e esse aumento se deu a isso.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Veronica, quem é o dono, ou o senhor Airton tem algum vínculo com a certificadora que certifica a sua empresa como sendo exclusiva?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Aí a senhora tem que perguntar para ele, porque eu estou aqui para responder sobre a minha empresa e sobre o que diz respeito a mim. Entre terceiros, eu já falei, eu não vou lhe responder nada.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Veronica, Porto Alegre comprou, tirou milhares de concorrentes da competição. Restringir a competição é um ato ilícito na administração pública. Se o Sr. Robaina quiser ir hoje no supermercado e comprar um item de uma marca só, é liberdade dele; mas, no ato administrativo da administração pública isso é um ato ilícito, isso responde por crime.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora participou de um ato quando vendeu o do Maurício? A senhora fez uma ilicitude?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Senhor, é ilícita a restrição de competição. O senhor não é advogado. A minha pergunta é a seguinte: o que validou a sua empresa como sendo exclusiva, é uma certificadora cujo proprietário é o Sr. Airton, o antigo dono da empresa? A senhora pode dizer sim ou não.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Claro que não.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora pode dizer sim ou não...

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Ver.^a Mari, de todas as visitas que vocês fizeram nas escolas, foi encontrado algum *kit* nosso com mau uso, em desuso?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, a maioria não estava sendo utilizado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Da robótica?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Da robótica.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Isso não é verdade. A senhora está mentindo.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Da robótica estão todos sendo utilizados, senhora vereadora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A maioria não estava sendo utilizada, a maioria...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A mentira vale para a senhora também...

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Eles estão sendo utilizados, até que inclusive hoje está sendo lançado um livro na feira que traz todos os benefícios dos nossos *kits* de robótica para a educação.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas não estavam sendo utilizados.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Isso também é de conhecimento.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas não estavam sendo utilizados.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Vereadora, a senhora já fez todas as perguntas?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não. Sra. Veronica, eu tenho mais uma pergunta: a senhora falou que conheceu o Sr. Airton numa feira empresarial...

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, em eventos.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E depois disso o Sr. Airton virou seu padrinho de casamento?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Olha, o que diz respeito à minha vida pessoal, em quem eu conheço, não faz parte da CPI. E eu conheço, sim... O fato de eu conhecer uma pessoa que é empresário, ou foi dono de uma empresa, isso não implica em crime nenhum. Eu o conheço, não vou negar que eu conheço...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Você entende o que é um sócio laranja?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Olha, eu fui chamada de várias coisas por alguns desta Casa: eu fui chamada de cartomante, eu fui chamada “dessa mulher que não tem capacidade e competência”, eu fui chamada, pejorativamente, de “mãos de florais”. Então eu acredito que, como mulher, eu posso ser o que eu quiser. E, para muitos que não sabem, o Reiki, desde 2017, é reconhecido pelo Ministério da Saúde, e eu, como terapeuta e mestre em Reiki, mereço ser tratada com respeito, como qualquer uma outra profissão. Algum de vocês já foram a alguma rede feminina ver o suporte que esse tratamento faz?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Veronica, eu só gostaria de deixar bem claro: essa oitiva não é referente à senhora, é referente a uma CPI da educação, onde nós estamos vinculando uma situação de direcionamento de compras.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, eu gostaria que passasse a ser também sobre a Sra. Veronica. Presidente Cecchim, nós estamos numa comissão para investigar. Eu confesso, a senhora não está sendo questionada sobre a sua qualidade como terapeuta, mas eu estou lhe questionando, sim, a sua capacidade como proprietária da empresa Conceitto Comercial de Equipamentos, estou com uma enorme suspeita, e é ilegal o papel de “laranja”. Exceto que a senhora diga quem lhe deu essa ideia de formar essa empresa, ou a senhora explique o seu currículo empresarial com essa capacidade de venda, ou eu acredito que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, ao invés de testemunha, tem que tratar a Sra. Veronica Ribeiro como investigada. Porque é um desrespeito, Presidente Mari Pimentel, é um desrespeito. A Sra. Veronica não deu nenhuma explicação.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor está para fazer as perguntas e não conceitos.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não explicou nada. O senhor, deixe de ser advogado de defesa do governo porque o senhor é Presidente da CPI, se comporte como tal. Por favor, Presidente Cecchim!

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não vai ser o senhor que vai me dizer como eu me comportar.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Se comporte como tal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor que briga nas plenárias do seu partido, não vai brigar aqui.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nós queremos instigar se essa senhora não está cumprindo o papel de “laranja”.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor que vai às vias de fato no seu partido, não vai aqui...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ... de “laranja”. Eu quero saber de quem ela é “laranja”. Nós queremos saber de quem ela é “laranja”!

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está feita a pergunta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Se é do Sr. Airton Pies, se é da Sra. Marjorie, que tem relações com a ex-secretária Sônia. Evidentemente que a partir desse depoimento precisamos chamar novamente a ex-secretária Sônia a depor, Presidente Mari Pimentel. Esta CPI não pode acabar sem uma investigação e sem chamar novamente a secretária Sônia. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. Pode responder o que quiser.

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Não. Não vou responder.

Veronica Ribeiro Almuas

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não. Está o.k. é um direito seu.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Nós temos um vereador querendo perguntar.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Já terminou a roda; as últimas duas perguntas fizeram aqui; nós já passamos do tempo.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor já teve a oportunidade duas vezes, não lhe concedo.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Estamos aqui com um suco de laranja para oferecer aos vereadores que quiserem. A gente comprou e socializa aqui... Se a gente está com sede, o suco de laranja está disponível.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, agradeço. Terminada a inquirição, que foi uma verdadeira inquirição aqui, agradeço a sua presença, do Dr. Marcelo também. Muito obrigado. (Pausa.) Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vamos iniciar o depoimento da testemunha Lia Marques. Passo a palavra ao relator, para que ele faça a qualificação.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia, Sra. Lia Bárbara Marques. Primeiro, eu lhe pergunto se a senhora sabe que aqui é a CPI da Educação a respeito de compras de materiais executadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da SMED. Gostaria de pedir que a senhora faça o juramento, que tudo o que a senhora disser aqui tem que ser falado a verdade. Pergunto se a senhora jura falar somente a verdade perante esta CPI.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Juro.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Gostaria, então, no primeiro momento, que a senhora falasse o seu nome completo, qual a função que a senhora exerce na Prefeitura, se exerce função, ou não na Prefeitura, e qual que exerce, se a senhora é cargo comissionado ou é do quadro da Prefeitura. Se, a partir disso, a senhora tiver alguma coisa para falar, a senhora já pode falar, tem tempo para a senhora falar no início da CPI. A senhora está com a palavra.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Muito obrigada, vereador, meu bom dia a todos; bom dia, Presidente; bom dia, Ver.^a Mari. Agradeço a oportunidade. Eu me chamo Lia Bárbara Marques Wilges, tenho 43 anos, sou professora concursada desta Prefeitura Municipal de Porto Alegre há doze anos e quatro meses. Exerço a docência há mais de 20 anos, todavia na área de ciências físicas, química e biológica. Sou bióloga, tenho meu CRBio ativo desde a minha formatura, em 2004, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Sou mestre em educação em ciências e matemática pela Educem, da PUCRS, com bolsa, na época; e hoje, atualmente, doutoranda em sustentabilidade social e desenvolvimento pela Universidade Aberta de Portugal, Lisboa. No meu doutorado, a minha tese, no momento, trata sobre a questão da governança para a sustentabilidade nos Executivos municipais, esse é o foco do meu trabalho neste momento. Na Prefeitura, atualmente, exerço a coordenação do Plano de Logística Sustentável de Porto Alegre, um projeto que é prioritário do gabinete do prefeito, que é um indicador de eficiência de gestão de todas as secretarias. Isso está posto no Contrato de Gestão Mais Resultados, e é isso então que me leva a exercer as minhas funções, as minhas atividades funcionais no gabinete do prefeito, porque este projeto está no escopo de gestão do prefeito e do chefe de gabinete André Flores Coronel, então isso me reporta estar hoje lotada no gabinete do prefeito.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora esteve em qual período? A senhora esteve, em algum momento, na Secretaria Municipal de Educação?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Na sede administrativa? Sim, estive. E até fiz uma cronologia aqui para não faltar com a verdade, ou não trazer fatos ou informações inconsistentes. Eu, depois, então, que ingresso na Prefeitura, na Escola Municipal Chapéu do Sol, no Extremo-Sul, eu faço, por dois anos e meio lá, aliás, a implementação do primeiro clube de ciências numa escola da nossa rede municipal, uma experiência que eu trazia da Rede Marista, onde fui professora, então, por muitos anos, uma experiência que foi premiada e reconhecida à época. Tive, na oportunidade, um convite da secretária Cleci para trabalhar na sede administrativa, mas recusei. Eu faço uma passagem pela Secretaria do Meio Ambiente de 2015 a 2018 e, depois, eu retorno para a SMED, então, para a minha origem de concurso, para atuar ali na sede administrativa. Eu fiquei, na época, lotada no programa Primeira Infância Melhor – PIM PIA, atuando, então, como colaboradora ali. À época, o secretário era o secretário Adriano Naves de Brito. Depois, então, vem a covid e, na oportunidade, nessa situação toda vivida, eu solicito minha lotação em duas escolas. Então, eu vou para a José Loureiro da Silva, no Cristal, e para o Leocádia Prestes, na comunidade, ali na Cohab. Passada a covid, então, a secretária Janaina, diante dos projetos que eu vinha executando em ambas as escolas, sempre projetos no âmbito da questão ambiental, ela, então, me convida a integrar a equipe de projetos e parcerias da SMED, na Centralizada, aqui no Centro. Então, desde então, a convite da secretária Janaina, eu reassumo uma função na sede, atuando nessa equipe, recebendo, avaliando todos os prestadores de serviço, todos aqueles projetos, especialmente, com foco na sustentabilidade e meio ambiente que ali chegavam para a nossa apreciação, porque essa era a atribuição daquele setor. Eu não compunha sozinha essa equipe. Essa equipe era formada por mais três professoras, todas nós professoras concursadas da rede, com suas áreas específicas de formação, mas, na área ambiental, eu era a pessoa, então, responsável. Essa equipe de projetos e parcerias ficava, na época, sob o guarda-chuva da coordenação de gestão pedagógica. Então, eu respondia a uma coordenadora nessa oportunidade.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Quem era a coordenadora?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Era Liane... sobrenome... era o Clark Balbueno e a Liane Gonçalves, se não me engano, ela era a pessoa que fazia esse... Ela, em pouco tempo também migrou para o sistema FIERGS. Então, ela... O Clark passou a ser coordenador pedagógico e a pessoa responsável por essa equipe, então, que eu fazia parte ali com essas outras três professoras-colegas. Só para continuar essa cronologia, então, dos fatos, no final ali de dezembro de 2021, a secretária Janaina me convida para sair da equipe de gestão de projetos e parcerias e migrar para a unidade administrativa sob o guarda-chuva da CGRS. Eu até peguei o número do decreto, que é o Decreto Municipal nº 20.915, que vai consolidar essa estrutura organizacional da SMED. Então, a CGRS, que é essa coordenadoria-geral de recursos e serviços, tem equipes também. Então eu fui chamada, destacada, a secretária Janaina entendeu que eu tinha perfil, competência e qualificação para isso, sabendo que eu sou professora, ela então me atribui uma FG5 na época, no final ali de dezembro, para eu fazer esse controle, essa distribuição, o fluxo de processos no que competia à equipe de compras, equipe de patrimônio e equipe de licitações e contratos, cada um com uma pessoa referência em todas elas. Mas eu fico nessa equipe, nessa função por não mais do que dois meses e meio. A secretária Sônia, quando assume, e que traz, obviamente, uma equipe com ela, ela entende que os meus serviços naquela unidade não seriam mais necessários. A FG que eu que percebia, ela também, ela é retirada, e eu fico novamente à disposição dos projetos bem específicos da área ambiental até ali os meados de início de junho, quando então eu passo a ser lotada no gabinete. Mas aí também é importante contextualizar como que eu vou para lá, não sei se agora é oportunidade para isso.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora é substituída por quem, quando a secretária Sônia assume?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Pelo Giovane Vaz, que estava anteriormente nessa função. Aí a secretária Sônia... Na verdade, eu sou comunicada que eu não estou mais na função pelo contracheque, eu estava com covid, e aí eu verifico que eu não tinha mais a função, fui questioná-la, ela me disse que era uma decisão, enfim, dela. E eu, obviamente, só tenho que acolher.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): No período em que a senhora esteve nesse setor administrativo, conforme a senhora falou que foi em torno de dois meses e meio.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Exato.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Esse setor tem participação nas compras que a SMED fez?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Sim, participação no sentido de dar fluxo para os processos. Veja, esse setor ficava, então, no guarda-chuva do CGRS, na Coordenadoria Geral de Recursos e Serviço, sob a tutela do secretário Mário de Lima, que acumulava, então, as funções de secretário-adjunto e coordenador do CGRS. Não havia na minha função, nem na dos colegas que são ponto focal nas equipes, nenhuma gerência de decisão. Nós temos funções e assumimos a função de ser ponto focal, de ser gerente, não é gestor, é ter a gerência e o controle dos fluxos, dos trâmites que são necessários que a gente assuma esse posicionamento ali, porque o rito administrativo requer essa setorização.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Esses produtos que foram adquiridos pela SMED no período em que a senhora esteve à frente, algum desses processos passou pela parte administrativa que a senhora coordenava? A senhora recorda?

SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS: Sim, inclusive entendo que essa seja a motivação que me traz aqui hoje, por duas razões bem específicas, embora uma delas eu até retomei, obviamente, para estar aqui hoje, como disse, não trazer nenhuma informação desconhecida ou que pudesse... para que eu possa realmente contribuir, como já ouvi hoje aqui dos Srs. Vereadores na questão da Ambientica, mais especificamente da contratação de um serviço, mas, se me for possível contextualizar como se chega nessa contratação; e na questão da Mind Lab eu observei que há um termo de referência, como todos já devem ter visto no processo SEI de aquisição, por ser deste setor que eu, então, atuava, esse fluxo era necessário que fosse dado. Então, a partir do comando da demandante, que era o setor de Coordenação Pedagógica, eu, obviamente, viabilizei o fluxo para os setores correspondentes nessa tratativa de aquisição.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora pode nos especificar mais sobre esses dois processos?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Posso. Eu acho que é bem importante, eu quero começar falando sobre a contratação da Ambientica, porque ainda hoje ela converge com o propósito do trabalho que eu executo na Prefeitura, é uma pauta que não começa agora, ela começa lá na minha jornada, quando eu ingresso na Prefeitura como professora de ciências, que é trazer e institucionalizar educação ambiental na nossa rede municipal, esse é um propósito, além de um desejo e de uma paixão. Então, diante da oportunidade que eu encontrei de propor à secretária Janaina que nós tivéssemos um programa robusto, consistente e que, de fato, consolidasse a educação ambiental na rede municipal, propus à secretária. Na época, nós estávamos provocados, inclusive – no bom sentido, não é? – demandados pelo prefeito para que fizéssemos, atendêssemos ao PAR do ano de 22 e que todos os projetos prioritários pudessem ser, então, avaliados pela gestora da pasta. E eu proponho, na época, o PEDS, o Programa de Educação para o Desenvolvimento

Sustentável. Aqui, se me permite um aparte, Ver.^a Mari, fiquei muito feliz com uma postagem sua, agora no mês de outubro, quando a senhora ressalta o mérito da escola Aldeia da Fraternidade, que é carbono zero. Esse é um trabalho que eu me dedico desde que ingressei na rede, então muito me alegra e rogo que outros vereadores tenham o seu olhar e a sua colaboração, que se inspirem nisso. Porque nós precisamos de decisores políticos, de protagonistas, porque muitas vezes a pauta da sustentabilidade, ela é mal compreendida, ela é entendida como só do âmbito ambiental e ela não é; ela é social antes de mais nada. Então, ter uma força política que volta o seu olhar, os seus esforços para isso é uma comunhão de esforços àquilo que eu me dedico diariamente. Então o PEDS nasce com esse propósito, Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, de fazer aquisições. E aquisições, quando eu falo, também me reporto aqui à questão de recursos humanos, aparelhamento das escolas, equipar as escolas para atender ao programa. E eu poderia citar aqui, obviamente, quais as nossas bases para a proposição do PEDS, desde o roteiro da UNESCO, que vai falar sobre educação para o desenvolvimento sustentável e não só para a sustentabilidade; o decreto vigente do Plano de Logística Sustentável; a A3P na escola.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Só um minutinho.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Pois não, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quero pedir à segurança que não se permita bagunça aqui dentro, entrada de alimentos. Está bem? Se aparecerem com alguma comida, aqui não é o local; tem que ser lá fora. Está bem? Seguranças! (Pausa.) Ok! Obrigado.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Posso continuar?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Por favor.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Então, eu falava da A3P que é a Agenda Ambiental na Administração Pública, que são documentos do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério Público do meio ambiente e da própria Política Nacional de Educação Ambiental, a Lei nº 9.795/99, que vai discorrer sobre a importância de termos projetos robustos e consolidados que, de fato, façam a educação ambiental uma realidade nas nossas escolas. Então, dentro da estrutura do PEDS, que foi apresentada para a secretária e validada, por sua vez, como um projeto prioritário do PAR 20/22, havia então a equipagem de salas verdes, o investimento em hortas escolares, na aquisição de cisternas, telhado verde, a aquisição de lixeiras para que pudessemos então implementar o PGRS, que é o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, e a capacitação, a formação e o diagnóstico das escolas, e, para isso, seria necessária obviamente a contratação de serviço. Porque, creio que seja de conhecimento de todos, se não da grande maioria, nós não temos uma estrutura de RH com biólogos ou engenheiros ambientais na Prefeitura que pudessem dar conta dessa demanda. Então há a validação desse programa, pela secretária, na época. A secretária, então, que assume permanece com a sua intenção de legitimar o programa e torná-lo executável, e, obviamente, nós temos todo um acompanhamento de uma Secretaria de Gestão de Projetos, que até hoje faz esse papel na Prefeitura, na gestão, que vai monitorando o avanço de todo e qualquer projeto proposto por qualquer secretário hoje da administração. Então há todo um monitoramento, inclusive porque o projeto entra para o sistema de monitoramento eletrônico, então ele passa a ser monitorado desde a sua gênese, ele não nasce insipiente, ele nasce depois de uma consolidação de um amplo técnico muito maior, obviamente lincado às diretrizes nacionais e até internacionais, porque a Agenda 2030 é um viés importante aqui dessa proposição feita na época. Então aí surge a necessidade de contratação de uma assessoria ambiental, de uma consultoria especificamente para a realização desse diagnóstico socioambiental de todas as 98 escolas. O foco era a rede própria, na época, e não as parceirizadas. Estaria também no escopo dessa contratação, além desse levantamento diagnóstico,

toda parte, então, de capacitação e formação dos professores e gestores escolares em educação ambiental e gestão ambiental, porque, para que a gente possa fazer um bom uso dos recursos, o diretor e o professor precisam estar preparados para isso, e nós identificamos um diagnóstico de que havia esse *gap*, essa lacuna necessária que fosse suprida, e aí vem a contratação então. Não sei se eu posso ir continuando aqui? Bom, creio, com toda certeza, que a questão virá, então, de pronto, já posso quem sabe antecipá-la. Na época em que eu estava nesse setor de projetos – então, como referia anteriormente – nós recebíamos, e eu sobretudo recebia esses prestadores de serviço, fornecedores de objetos, equipamentos, enfim, com esse foco na questão ambiental e da sustentabilidade. Nós, na época, recebemos o professor Jackson Müller, que tem publicações na área, e eu destacaria especialmente uma que, por ele ser professor da Unisinos há mais de 30 anos, uma publicação – não vou lembrar o ano da edição – que trata sobre gestão ambiental no município. Ele tem um reconhecido valor e especialização na área de formação de professores, metodologia do ensino superior com foco em educação ambiental e também na questão de gestão ambiental. E isso, no nosso entendimento, qualificava aquele professor, na época, para suprir essa necessidade, então, de recurso humano com competência e qualificação para todo o escopo então do PEDS, do projeto.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vamos ao primeiro inscrito, o Ver. Tiago.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Podes.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Lia, a senhora, na última fala, falou do Sr. Jackson Müller; a senhora se declara amiga, inimiga ou qual é sua relação com o Sr. Jackson?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Nenhuma dessas opções, vereadora. Não sou amiga, não sou inimiga, eu poderia classificar como intelectual, não tenho relação nem acadêmica, porque nunca fui aluna dele, mas faço leitura das obras, já fiz, das obras dele.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora sabe que, dentro da Secretaria de Educação, era tida como amiga íntima do Sr. Jackson?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Desculpa, sou tida como?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Era tida pela equipe.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Bom, eu discordo.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ok. A senhora sabia que o Sr. Jackson tinha vinculação partidária com o mesmo o partido do prefeito naquela ocasião?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Não, vereadora, desconhecia, até porque essa informação não foi entregue junto com os documentos de qualificação técnica que foram solicitados a ele.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora tinha ciência de que ele era secretário municipal de outra prefeitura?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Isso sim, porque estava no Currículo Lattes, que está inclusive anexado no processo SEI.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, e a senhora não acreditava que isso era um impeditivo com relação a firmar essa parceria, sendo que ele era secretário em um município e ele prestar serviço no outro município?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Desconhecia que isso fosse um impeditivo, e também não coloquei isso como questão, tampouco quando enviei para análise da Assetec, que fazia essa apreciação dos documentos. Não dei destaque a essa questão, porque, para mim, o que importava, sobretudo, era o fato da qualidade, da especialidade dele, que responderia ao que buscávamos.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora tem como descrever para nós, já que a senhora ouviu a proposta inicial, quais são os resultados esperados e quais são os objetivos? Porque, na proposta que ele firmou com Porto Alegre, com certeza tem métricas para se avaliar os resultados e tem metas. Quais são as metas do Sr. Jackson Müller?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Eu posso lhe falar das metas, mas não conseguiria lhe responder a segunda parte da sua pergunta, vereadora, porque, como lhe disse, contei aqui na minha escala cronológica. Embora eu fosse responsável fiscal do contrato por portaria, eu não cheguei a presenciar a entrega do produto. Eu saí ali daquele setor e vou, então, assumir o Plano de Logística Sustentável e, nesse ínterim, pelo que tenho de informação, não houve um avanço da implementação do PEDS, que era, então, objeto de contrato de serviços do senhor, do professor Jackson. Então, as metas, sobretudo, a primeira delas, era fazer esse levantamento diagnóstico dos interesses das escolas sobre projetos ambientais, entendendo que não cabe à professora Lia definir que toda escola tem que ter uma horta. Nós precisamos entender qual é a realidade do território, se, de fato, é uma necessidade, um interesse. Então, estava no escopo de trabalho dele fazer esse levantamento, capacitar tanto a parte pedagógica quanto a parte diretiva, a equipe diretiva, um representante, pelo menos, da equipe diretiva, em gestão ambiental, embasada nos documentos da A3P, que é a agenda ambiental na administração pública. Alinhados ao Plano de Logística Sustentável, que era o objeto, então, futuro objetivo de implementar a logística sustentável nas escolas também.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora tinha ciência de que a empresa estava no nome do filho dele?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Todos os documentos, quando entregues, foram obviamente analisados pelo setor competente, que, de pronto, não viu nenhuma inviabilidade na proposição que fizemos de que fosse aquela empresa ou aquele professor o contratado.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Mas a senhora tem ciência de que a empresa estava no nome do filho dele e não do Sr. Jackson que falava com a senhora?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Depois que requisitamos a ele esse serviço, ele entrega a documentação, e aí eu tomo essa ciência. Anteriormente, não havia esse conhecimento.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora, como servidora pública até hoje prestando serviço para a Prefeitura, não considera que seria importante denunciar uma vez que para aderir ao INEX precisa ter notório saber na área, e certamente o Sr. Gustavo, filho do Sr. Jackson, não era a pessoa que tinha notório saber na área.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: De fato, Gustavo não poderia, e não foi assim que... Eu qualifiquei o professor Jackson, por seu notório saber, a viabilidade para a instrumentalização da contratação se deu através da empresa. E, vereadora, dentro do entendimento de que há departamentos e setores num órgão, eu, assim como espero o respeito ao meu conhecimento, que posso então dar um parecer técnico na minha área, eu respeitei o conhecimento do setor, que foi demandado para analisar esses documentos. Desde o início do certame, tinha clareza que haveria ali o propósito de contratação por inexigibilidade, por notório

saber de especialidade, de acordo com a 18.666, não é? E eles não encontraram óbice nisso, os colegas do setor, então, não encontraram óbice nem inviabilidade. O processo SEI traz isso muito claramente, há homologação da secretária, então, parecer da PMs, não caberia a mim ter esse olhar de qualquer...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Mas hoje, agora, a senhora de fato de posse das informações entende a gravidade de ter passado esse contrato?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Não consigo perceber gravidade, não consigo, não vejo

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora não consegue entender a gravidade de ter usado uma empresa no nome do filho do Sr. Jackson para limitar a concorrência com relação a outras consultorias ambientais, que poderiam fornecer o trabalho, poderiam estar participando da concorrência, pois o Sr. Gustavo Müller, que era o proprietário da empresa, não correspondia a qualificação técnica na qual a INEX se utilizava? A senhora agora entende por quê? A senhora, nessa decisão da Prefeitura de Porto Alegre, da secretária Sônia, não da senhora, que foi limitada a concorrência, agora entende a gravidade dos fatos?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: É que eu não conseguiria ver a presença do professor Jackson em outra empresa, então, fica complicado eu falar sobre essa questão. O nosso foco era ter o professor, e assim entendo que, a partir do momento do contrato, ele passaria a assumir as funções no exercício do serviço.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bom dia, Sra. Lia Bárbara Marques Wilges, professora, obrigado por vir colaborar com esta CPI. Tempos atrás, mais para o início do governo, foi notícia, na imprensa do Rio Grande do Sul, nomeações para escolas-fantasma, escolas que ainda não haviam sido concluídas, e houve, então, essas indicações. A senhora foi uma das lotadas na Escola Municipal Raul Cauduro, mas uma escola não concluída, que não funciona na prática. Essa é minha primeira pergunta, e, Presidente Cecchim e Presidente Mari, vou fazer as três em sequência, professora Lia, se a senhora quiser, enfim, ir anotando para poder colaborar. Minha primeira pergunta é: por qual motivo a senhora ocupava a função gratificada de diretora de escola, numa escola-fantasma, mas, de fato, trabalhava na SMED, na questão administrativa? – essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta: na oitiva da Sra. Michele, que me esqueço o sobrenome agora, depois se alguém puder me ajudar, a Michele apontou que foi a senhora a responsável pela indicação dessa empresa que ganhou; a senhora confirma essa informação? Caso confirme, por qual motivo esse processo começou com você? A senhora confirma que foi a partir de um e-mail? Por fim, em que contexto se deu a atuação de V. Sa. no processo da contratação do Mind Lab? A senhora recebeu ordem de alguém? A senhora agiu tecnicamente? Eu queria que senhora pudesse falar um pouco mais para nós. Muito obrigado, professora Lia. Obrigado, Sr. Presidente.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Obrigada, vereador, tentarei ser breve, objetiva e clara nas três questões. A resposta à sua primeira pergunta foi uma questão que eu levei à secretária na época em que vi meu nome divulgado na Zero Hora, porque também desconhecia esse fato. Então, à época, a resposta que eu tive, quando questionei a secretária, foi que teria havido algum desencontro na questão de estrutura organizacional da secretaria, e, no intuito de atribuir uma FG às atividades que eu exercia na época, foi onde se encontrou uma vaga, um número, enfim, de uma FG, mas que isso não traria nenhum prejuízo à professora Lia; hoje vejo que traz um prejuízo, porque o fato virou notícia, e hoje ele novamente é trazido. Então, eu lhe diria, assim, que essa

resposta, para que eu não incorra em erros ou inverdades, deveria ser feita ou à secretária na época, ou à diretora do RH, do Recursos Humanos, porque é uma gerência que foge da minha alçada. Estou aqui, fazendo uso do juramento, me propus em falar a verdade, recebi um telefonema de uma colega, 7h30min da noite, e eu no *shopping*, indo jantar, e ela: “Tu viu que o teu nome está na Zero Hora?” Então, para mim também foi uma surpresa. Sobre a questão da professora Michele Bartzén, ela é coordenadora de gestão pedagógica, ali junto à secretária Sônia. Eu ouvi brevemente a fala, a declaração dela, já que falava o meu nome, a respeito, então, de que eu teria sugerido a reunião com a empresa Mind Lab, é isso, sobre essa questão, não é vereador? E eu concordo, eu concordo com a fala dela, que eu sugeri a reunião, sim, sugeri a reunião no momento em que ela traz, manifesta, ao meu setor então, o intuito de adquirir esse item. Então expliquei a ela que estava chegando na SMED, que havia um rito, um fluxo e que ele começava por uma reunião de alinhamento. Então, a reunião, eu admito, fui eu que sugeri, porque dentro da rotina não poderia começar de outra forma, que não fosse dessa. Então, a partir da manifestação dela, enquanto gestora pedagógica de interesse na aquisição dos equipamentos, enfim, dos jogos da Mind Lab, que esta seria o primeiro passo a ser dado, tanto que após essa reunião, que de fato aconteceu, eu até busquei as datas, ela aconteceu no dia 6 de abril de 2022, na sala da coordenação pedagógica; eu fui chamada para participar dessa reunião, fiquei lá por 15 minutos, depois me ausentei. A reunião aconteceu com a secretária Claudia, com a Michele, com a representante da empresa; depois dessa reunião, então, ficou acordado que a aquisição seria feita, e a coordenadora pedagógica, Michele, me pergunta qual era o rito a partir daí, e eu disse: “Você começa demandando, através de um *e-mail*”. E é esse o *e-mail* que inicia o processo, que eu recebo. Entendo que foram orientações que nós aplicávamos a todos, aos processos de aquisição, e que eu repassei à coordenadora pedagógica, que assim o fez, assim respeitou a orientação e realizou a reunião, enviou o *e-mail* para que nós pudéssemos “startar” o rito todo.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Para complementar, a senhora fala do rito de maneira muito lúcida, com relação a rito de um fornecedor. A minha pergunta – e é porque essa comissão ainda não conseguiu entender – é por que um rito não começa com um projeto maior? Porque o rito já começa na empresa que vai ser depois a vencedora. Onde esteve a pesquisa prévia ou o projeto prévio para que fosse afunilado e que chegasse nessas empresas?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Agradeço a oportunidade, vereadora, dessa pergunta, porque é justamente o que eu tenho contextualizado aqui desde o início da oitava, em que eu já posicionei que, em relação à Ambiética, justamente e exatamente nessa sua fala, nasce de um projeto. A contratação da Ambiética, eu posso repetir, sem problemas nenhum, nasce contextualizada em um grande propósito de termos a educação para o desenvolvimento sustentável na rede. Vários braços são contemplados. A contratação vem depois de toda a proposta pedagógica, avaliada, entendida como relevante, com todas as homologações e entendendo o rito para que, posteriormente, se dessem as compras, as aquisições das lixeiras, enfim.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, sim.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Diferentemente da Mind Lab.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas o rito normalmente seria assim: será que Porto Alegre é a única capital, única Prefeitura que quer ter um projeto de sustentabilidade? Quais são os parâmetros que nós queremos colocar? Quem poderiam ser os concorrentes? E daí nós vamos diminuindo. Não é assim: Ambiética, gosto de ti, quero de contratar. Isso aí a gente vai ao supermercado hoje e compra. Escolhe entre Nescau e Toddy. A grande questão é a seguinte: quando a gente faz, na administração pública, a gente começa dizendo quero comprar, quero filmar aqui na Câmara de Vereadores, daí tem a câmara, nós vamos abrir para ver quais são as empresas que vão poder fornecer

câmeras. A minha pergunta é: foi aberto, em algum momento, para que outras empresas que trabalham com o setor ambiental, que prestaram serviço em outras prefeituras, Brasil afora, ou não em prefeituras, como foi feita essa concorrência?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Aí eu percebo duas questões, vereadora. A sua pergunta abrange o porquê de um projeto de educação para o desenvolvimento sustentável – veja, não é um projeto de educação ambiental, a educação ambiental é um braço, ela é um instrumento importante, mas o nosso objetivo é muito maior – e a questão do certame de contratação. Para o propósito de termos um programa de educação para o desenvolvimento sustentável na cidade, eu me resguardo no salvo conduto acadêmico que tenho para propor um projeto com essa relevância, baseado em todas as referências que também já trouxe aqui, Política Nacional de Educação Ambiental, as diretrizes da UNESCO para o desenvolvimento sustentável a partir da escola, o Plano de Logística Sustentável do Município, o Plano Municipal de Educação Ambiental, que Porto Alegre tem um desde 2019. Eu até esqueci de citar, eu sou presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental de Porto Alegre, não por indicação, por eleição, sou do Comam – Conselho Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. E a questão do certame ela se dá, como a lei permite, por inexigibilidade, no inc. VI, se eu não me engano, na questão do notório saber por especialidade. Então entendo duas questões na sua colocação e tento respondê-las dessa forma.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Porque a Ambiética não foi isso? Ambiética a senhora não terminou de falar. A senhora falou que a Ambiética não cumpriu esses mesmos certames que foi cumprido... Ah, me desculpe, na Mind Lab não foi cumprido, a senhora estava começando a falar.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: De novo, como essa não é uma área minha, veja, quando a proposição do PEDS surge – vou contextualizar novamente, sem problemas –, eu estava num setor, equipe de gestão de projetos

e parcerias – tem até o meu caderninho aqui –, equipe de gestão de projetos e parcerias da SMED, e, nessa oportunidade, nessa equipe, sob a tutela da secretária Janaina, os setores foram demandados para que pensassem projetos estruturantes para o par 20/22, que pudesse receber recursos, investimento de recurso nesses projetos. Então aí várias ideias, biblioteca, enfim. Na parte da educação ambiental, competiu a mim a intenção de formatar um projeto e propor um projeto. Então, veja, esse projeto é proposto pela professora Lia quando ela está numa equipe. O Mind Lab surge, na minha função, como uma atribuição de setor que eu detinha. Eu recebo essa demanda da coordenação pedagógica, que, entendo, era responsável por ter feito esse processo todo que a senhora refere aí.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Qual é o nome da coordenação pedagógica?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: A coordenadora, na época?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): É. Quem te demandou?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Michele Bartzten. É o *e-mail* que tem lá vinculado. Ela envia um *e-mail* para a professora Lia.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ela te passou a orientação?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Sim, solicitando que iniciássemos o processo para a aquisição.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Pois é. Nesse sentido, professora Lia, era a minha pergunta três, mas eu acho que é importante, e, dentro disso que a senhora acabou de falar também para a Presidente Mari, essa sua atuação no Mind Lab, a senhora afirmaria, então, que é uma atuação de rito protocolar.

A senhora faria isso para, eventualmente, todos os outros processos, ou houve alguma ordem de cima específica de “sim” para a Mind Lab nesse caso e os outros “não”? Eu gostaria de entender se a senhora puder afirmar isso ou não para nós: a senhora seguiu o rito que veio de cima e que era para todos, ou veio ordem de alguém específica de “sim” para a Mind Lab e “não” para os outros? Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Seguindo o rito, como para todos os outros processos: esse era o fluxo. Então, na função que eu exercia naquele momento, eu recebia uma demanda, atendia e dava fluxo. Que setores precisam agora receber daqui para frente...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): A senhora afirma que ninguém disse: “Olha, professora, diga ‘sim’ para a Min Lab?”

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: De modo algum, até porque não cabia a mim dizer “sim” ou “não”. Cabia a mim era distribuir, encaminhar o processo para quem poderia dizer “sim” ou “não”, que poderia ser um parecer da Procuradoria, poderia ser um parecer da assessoria técnica, que inviabilizaria algum documento. O nosso setor ali tinha a atribuição de receber uma demanda e entender quais setores seriam os próximos demandados e solicitar documentação para a análise desses setores. Esse era o papel, ou é ainda, o papel dessa equipe, na qual eu fiquei ali por não mais do que dois meses.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito, professora. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Ver. Robaina; depois, Ver.^a Cláudia. Ver.^a Biga... Não, não está inscrita. Vamos encerrar as inscrições, porque já está passando do meio-dia. Então, Ver. Giovani Culau também.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sra. Lia Bárbara Marques, eu queria entender o processo da Mind Lab. Qual é a questão que eu estou vendo: quando nós tivemos a oitiva da Sra. Michele Bartzen, ela atribuiu à senhora o processo de decisão de iniciar a contratação dessa empresa. E, pelo que eu sei, a senhora recebeu um *e-mail* da Michele Bartzen com justificativas genéricas e já indicando a compra de materiais junto a um fornecedor específico, no caso a própria Mind Lab, e a senhora encaminhou diretamente a demanda. Porque no processo SEI está já diretamente a sua demanda da contratação – assim inicia o processo SEI. E a senhora está dizendo que a responsabilidade é da Michele. Porque se é assim, nós teríamos que novamente escutar a Sra. Michele, porque a Sra. Michele justamente atribuiu à senhora. Então nós temos uma contradição entre duas autoridades da Secretaria de Educação, diante de uma compra, e nós estamos justamente suspeitando que ela não tinha as condições para ser encarada como uma compra que não exigia... A inexigibilidade. Até por que, no caso, é uma pergunta eu não sei se a senhora pode responder sobre isso, a contratação da Mind Lab por inexigibilidade foi decidida por quem, afinal? Porque nós precisamos saber quem é que decidiu. Porque a gente sabe que a Mind Lab teve muitos processos, ela teve processo em São Paulo, em Pernambuco, acho que em Santa Catarina, Alagoas. O Tribunal de Contas justamente fazendo a acusação de fraudes em licitações – são essas as suspeitas que recaem sobre essa empresa. Aí quando nós chegamos em Porto Alegre, e a gente não sabe nem quem é que deu a ordem, porque no SEI está o seu nome. A gente vai olhar o processo SEI e o primeiro é o seu nome. Eu até ia lhe perguntar se não haveria produtos similares no mercado para serem adquiridos, mas pelo que eu estou entendendo a senhora está isentando a sua responsabilidade por qualquer procedimento, no caso da contratação da Mind Lab. É isso? Ou entendi mal?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: O senhor concluiu? Posso responder?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Claro.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Pegando exatamente as suas palavras, quando o senhor refere que eu estou me isentando da decisão de contratação de compra, não caberia outra possibilidade. Eu não tenho, eu não tinha à época, nenhum poder de decisão de compra. Não é uma questão de isentar-me, é uma questão fática. Eu não tinha gerência, e o *e-mail* demonstra isso, onde a coordenadora pedagógica que tem poder de decisão de escolha pelo produto, nos demanda, e eu sou a pessoa então, nesse setor, ponto focal para receber essa demanda, assim eu recebo e instrua o processo. Veja, o poder de decisão de compra, ele vem de outras instâncias superiores, caberia à secretária a decisão da compra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sim, mas, no processo, o processo inicia com a sua demanda.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Sim, era o setor que eu trabalhava, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Exatamente, já indicando a compra, sem sequer fazer nenhum tipo de pedido sobre as razões técnicas. A sua recomendação é uma recomendação direta, a partir da sua recomendação é que se desencadeie a compra.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Pelo que me lembro...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Isso no SEI, eu lhe falo pela leitura dos documentos oficiais.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: O documento que consta, vereador, no SEI, ele não trata sobre uma... O senhor usou a palavra que eu “demando”, que eu...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora que começa o processo de contratação...

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Isso, eu começo o processo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...sem que nós tivéssemos nenhuma documentação técnica sobre a necessidade, sobre o plano envolvendo essa contratação...

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: O que havia era uma contextualização técnica da coordenadora pedagógica...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Da Sra. Michele.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Exatamente. O e-mail diz isso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Começa com e-mail da Sra. Michele para senhora e a partir... Começa não para um processo, esse e-mail existia, a CPI conhece esse e-mail.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Exatamente. E a juntada de todos os outros documentos necessários para análises posteriores.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Claro, porque o que nós, e eu não sei se a senhora tem condições de responder, na verdade, se existiam produtos similares aos fornecidos pela Mind Lab no mercado. Se existia esses produtos,

você fizeram, se averiguaram, porque, a senhora a de convir que, quando nós estamos suspeitando de algum cartel, fraude em licitação sempre se leva em conta se existiam outras empresas com competência para oferecer o mesmo produto para, inclusive, poder ver as vantagens de preço ou de qualidade. A senhora tem condições de responder sobre isso?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Perfeito. É por isso, vereador, que o processo inicia-se com a juntada, depois da demanda recebida, de todas essas certificações de exclusividade no fornecimento, enfim, isso tudo está lá e esses documentos são enviados para o setor que analisa se de fato eles são verídicos, se há ou não, e por isso também há uma equipe de compras também nesse guarda-chuva da gestão de Recursos e Serviços que faz essa análise.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora a quem orientaria para que a gente pudesse ter o esclarecimento sobre justamente esse tema, sobre se existia no mercado produtos similares. Por que eu pergunto isso? Porque as pesquisas que foram realizadas acerca disso, todas elas, as pesquisas que mostram que o produto é exclusivo da Mind Lab são feitas justamente na base, na MentelNovadora, na plataforma da MentelNovadora, que é exclusivamente da Mind Lab. Quer dizer, quem define que a Mind Lab tem o produto específico para ser contratado é a própria Mind Lab. Esse foi o procedimento do governo, esse foi o procedimento da decisão que o Tribunal de Contas, inclusive, apontou como algo irregular. Então, eu estou querendo entender, estou querendo saber quem é o responsável pela compra de um produto que não está especificado claramente se esse era o melhor produto, porque a pesquisa que foi feita foi justamente direcionada para a empresa que venceu. Se a senhora pode nos explicar algo sobre isso.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, o senhor já excedeu o número de perguntas e de tempo também. Eu lhe agradeço.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Na verdade, é a mesma pergunta que eu fiz.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Sim, sim.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem, mas já encerrou o tempo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu não estou fazendo uma terceira pergunta. Eu estou fazendo a mesma pergunta, tentando obter a resposta.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Mas já passou o tempo. Ela pode responder, essa foi a última pergunta. Vou passar para outro vereador depois da resposta dela.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Tá, mas eu não quero me...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Se o senhor não está atrapalhando a depoente para poder esclarecer a CPI.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Eu quero poder colaborar. Eu quero poder colaborar aqui, vereador, então, posso aqui estar reiterando o que já disse, mas é o que posso me manifestar novamente. Ele começa com a demanda da coordenadoria de gestão pedagógica, que, veja, na estrutura organizacional, tem o mesmo *status* do que a coordenadoria de gestão de recursos e serviços, à qual era eu, então, submetida. Nós recebemos, porque éramos o setor responsável por dar direcionamento. Junto com esse *e-mail*, tem toda a série de documentos em anexo que legitimariam a aquisição, então, por inexigibilidade ou por ser um único fornecedor. E ali, pelo setor que eu atuava na época, nós, simplesmente, fizemos aquilo que era nossa atribuição fazer: entender a demanda e distribuir o processo para os setores competentes. O setor competente que o senhor me questiona, eu diria a Assetec, na época, que tem a questão jurídica, que faz essa

análise documental e que, por sua vez, se reporta à Procuradoria Setorial – se não me engano, é 03 da SMED – e que também se posiciona em relação a esses documentos que o senhor questiona.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bem, eu vou lhe agradecer.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Eu que agradeço.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu acredito, Presidente Mari Pimentel e Presidente Cecchim, que seria muito útil que nós pudéssemos novamente contar com o depoimento da servidora Michele Bartzen, para que a gente possa esclarecer essa compra. E eu queria só também alertar, Sra. Lia Bárbara, eu não acho que seja o caso aqui de entrar na contratação da Ambiética, do notório saber, eu sei que ali era o argumento do notório saber... O notório saber, em tese, quem tinha era o pai, mas a assinatura é do filho, mas a empresa é de ambos. Apenas um alerta que eu acho importante o poder público ter, a sociedade conhecer é que esse senhor Gustavo Müller e Jackson Müller, sobretudo, no caso, é o Gustavo Müller, não sei se ele está preso, eu sei que ele foi preso duas vezes em fraudes de licitação. Digo isso porque a sociedade precisa saber, isso não nega que, em termos acadêmicos, ele conseguiu lá algum tipo de graduação, mas, na prática pública, que é o que interessa, ele está sendo investigado, já foi preso duas vezes, contratando gente do presídio para forjar assalto na casa dele, escondendo material. Esse é o Sr. Jackson Müller, que foi secretário do governo do MDB, de Canela, a sociedade precisa saber esses fatos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Ver. Giovani Culau.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Bom dia, Sra. Lia; compartilho contigo que esse depoimento tem importância significativa, porque,

dentro do escopo de investigação da CPI, a contratação da Mind Lab chega a uma dimensão de quase R\$ 15 milhões. Como o Ver. Robaina já manifestou, essa contratação foi apontada pelo Tribunal de Contas do Estado. Mas, para além disso, Ver. Cecchim, nós estivemos juntos, numa das primeiras agendas desta CPI, visitando uma escola, Sra. Lia, em que o *kit* da Mind Lab estava inutilizado na escola. Então essa é uma situação grave, que motiva os trabalhos desta CPI para dar respostas para a cidade. E veja bem, eu cheguei no dia de hoje nesta CPI entendendo, e é isso que eu iria perguntar para a senhora: o porquê da sua indicação para a aquisição dos produtos da Mind Lab, porque essa era a informação que esta CPI tinha, que era uma indicação da senhora, algo apresentado aqui pela Sra. Michele. Então é grave, Presidente, o que nós temos diante de nós. Inclusive, vereador-relator Mauro, nós temos uma contradição apresentada nesta CPI, uma contradição. Havia um relato de que era uma indicação da senhora, a senhora está dizendo que não foi uma indicação da senhora. Pois bem, diante da participação que, independente da origem dos fatos, a senhora teve no processo, porque a senhora teve uma participação e a senhora mesma relata aqui, eu gostaria de lhe perguntar, atualizando as minhas perguntas: como tu percebes, entendes de quem foi então a indicação para a contratação da Mind Lab? A senhora identifica, no processo dessa contratação, algum tipo de direcionamento? Além disso, gostaria de entender, em relação a essa contratação específica, tu mencionas que havia uma contextualização técnica, mas, para além disso, havia um projeto mais robusto, um debate mais profundo na Secretaria de Educação que justificasse a contratação e a indicação dos produtos oferecidos pela Mind Lab? Gostaria de ouvir a opinião, a versão, a interpretação da senhora sobre essas questões.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: São três perguntas, vereador, para que eu possa aqui me organizar mentalmente. Primeira, a sua questão sobre de quem é indicação para a compra? Vou repetir: do setor CGP, Coordenação e Gestão Pedagógica. Na época, ou à época, sob tutela da Sra. Michele Bartzen, essa é a indicação. Tanto que o *e-mail* retrata isso. Ela me manda um *e-mail*

para o meu *e-mail* institucional, solicitando que dê-se início ao processo de aquisição. Esse é o primeiro ponto.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Perfeito, eu gostaria muito dessa sua confirmação, mas aproveito a oportunidade para perguntar: a senhora tem conhecimento da participação da secretária ou de algum secretário nessa indicação e nessa decisão que tu reafirmas que tens conhecimento da participação, da indicação da Michele? Algum secretário ou secretária também fez parte dessa decisão ou indicação?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Desconheço. Não poderia lhe responder, para não chegar aqui com falsas colocações ou desencontro de informação, se houve, ou não da parte... O fato, fato, vereador, falemos de fato, é que houve uma reunião por sugestão minha, que precisava haver uma reunião, para que então se desse início a essa aquisição. Uma reunião na presença da Sra. Michele, da secretária adjunta Cláudia, da representante da empresa e da professora Lia, porque eu estava no setor e pedi para participar dessa reunião, solicitei que eu gostaria de participar. E lá estive por não mais do que 15 minutos e me ausentei da reunião. Na sequência, eu recebo o *e-mail* para a gente então dar início ao processo de aquisição, esse é fato. Sobre a manifestação, não vou falar acusação, manifestação da Sra. Michele ao meu respeito, em meu nome, onde fala sobre o que o senhor traz aqui, esse é o posicionamento dela, eu tenho o meu, e ele não é esse. Sobre a questão que o senhor fala, a terceira questão que o senhor coloca, vereador, a respeito, então, desse debate amplo – que eu concordo, como pedagoga que sou, professora que sou, que precisa haver –, desconheço também se, no setor pedagógico demandante, houve uma discussão mais ampla, com capilaridades, com outros setores envolvidos, desconheço – desconheço. Não poderia lhe responder se houve, no setor demandante, essa discussão ampla, necessária. Não sei se lhe respondi; fico à disposição.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A única questão que talvez fique em aberto foi o meu questionamento sobre se, em algum momento, tu percebeste algum tipo de direcionamento no sentido de favorecimento à Mind Lab...

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Não, posso responder que não percebi. Não percebi. Percebi que, inclusive assim, nós éramos solicitados que o processo, então, acontecesse, obviamente nesse sentido de os documentos que são necessários para isso. Vinha, às vezes, faltando uma assinatura, e aí a gente tinha que estar novamente requisitando: “Olha, dessa forma eu não consigo avançar. Nós precisamos ter os termos. Não é plano de trabalho, é termo de referência”. Coisas assim, detalhes, só isso. Mas, fora isso, nunca percebi nada que pudesse abrir, assim, um olhar de dúvida, nebulosidade sobre a aquisição, não.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Por fim, a senhora teria segurança para refutar a possibilidade de direcionamento?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Se eu tinha?

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Se tu terias segurança de refutar essa hipótese de direcionamento.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Não cabia, não cabia a mim e, sobre a sua colocação, até a mim, naquele espaço que ocupei, naquele tempo, não havia indícios que me levassem, por exemplo, a discordar ou sugerir, veja bem, sugerir para a secretária. Até porque, vereador, é importante dizer: o meu acesso ao gabinete era muito restrito. Eu levei um tempo até consegui chegar, assim, à operação no gabinete, enfim, as atividades, elas não eram... Eu não tinha esse acesso facilitado, assim. Era com hora marcada, eu agendava com a secretária,

e aí eu podia, então, debater essas questões com ela ou quaisquer outras do trabalho. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Jonas, até o senhor chegar aqui, eu vou passar a palavra para a Ver.^a Mari.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Lia Wilges, qual era a sua relação com o prefeito municipal?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Qual era a minha relação? Nenhuma. Era, porque ele é o prefeito da cidade, eu trabalho para o Município de Porto Alegre. Então, ele é o prefeito, é o gestor da instituição à qual eu sou empregada desde 2011.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E foi o Sr. Prefeito que fez o convite para a senhora ir trabalhar no gabinete dele?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Não, importante, que bom, obrigada, vereadora, porque eu estava esquecendo de contar esse contexto de como eu chego, então, no gabinete para atuar no projeto que hoje eu coordeno. Então, na época, na SMED, onde eu saio dessa unidade administrativa e permaneço, retorno para os projetos, sendo referência na área, – e com muito orgulho me posiciono, porque estudo para isso e atuo nessa pauta há muito tempo, vereadora –, fui reconhecida, então, pela secretária, que eu permanecesse nesses espaços de atuação da área da sustentabilidade e ambiental para as escolas, para a rede. Então, eu sou indicada para ser a representante da SMED no Conselho do Meio Ambiente, eu sou indicada para ser a representante da SMED no Plano de Logística Sustentável, que se estrutura por grupos de servidores, por núcleos socioambientais. E eu passo a executar esse trabalho junto à coordenadora Diones – essa era a pessoa que estava no gabinete à frente do plano de logística –, eu passo a ser a interlocutora

da SMED com o gabinete nesse projeto, e muito atuante, diga-se de passagem. Acho que a secretaria que mais atuou naquela época, no PLS, foi a SMED. Na sequência dessa minha aproximação com o PLS, a coordenadora recebe um convite para trabalhar numa outra instituição, e esse espaço, então, fica desamparado. Existe uma estrutura no PLS, que é um comitê gestor do plano, então eu era integrante do comitê gestor pela SMED. O presidente desse comitê é o chefe de gabinete do prefeito, que hoje é o coronel André Flores Coronel. Ele me faz esse convite para assumir aquele posto, que agora, então, fica em aberto, entendendo que eu sou servidora do quadro, bióloga, professora, doutoranda em sustentabilidade, com experiência nessa área, e que a intenção da proposição do PLS é ser perene, é ser de cidade e não de governo. Então, ele entende que eu tenho... Que eu me qualificava, na época, para assumir esse posto. Então veja, eu não vou para o gabinete, eu vou para o Plano de Logística Sustentável, que por decreto está na gestão do GP, do gabinete do prefeito.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora não tem vínculo com prefeito, vocês se encontram, tem algum vínculo com o prefeito? A senhora, já que está no gabinete do prefeito e não mais na Secretaria de Educação.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Eu tenho vínculo porque ele é o gestor do PLS. O prefeito, pelo decreto, é o gestor principal do Plano de Logística Sustentável, então eu me reporto a ele para entregar os relatórios, para definições das diretrizes, porque nós estamos traçando todo PLS agora, ele é novo, é o primeiro Executivo municipal do Brasil a ter um PLS.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Qual é o seu vínculo com o Sr. João Reymunde?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Vou responder, porque não tenho problema, embora não seja objeto desta CPI: é meu ex-companheiro.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E ele teve algum envolvimento na aquisição do Mind Lab? Ele era vendedor ou representante na Mind Lab?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Aí a senhora teria que perguntar para ele, me desculpe, mas eu não tenho como lhe responder o que não compete à Lia. A senhora mesma citou, é João Eduardo. Eu desconheço e não posso responder por outrem.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Mas alguma vez o Sr. João Reymunde esteve na sua presença? A senhora o viu dentro da Secretaria de Educação? Ou ele envolvido com Mind Lab?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Essa sua pergunta eu posso responder: não.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora nunca teve ciência?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: A senhora me pergunta se eu vi: não, lhe respondo que não.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Mas a senhora não tem ciência do envolvimento dele com a Mind Lab?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Desconheço.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Sra. Lia Bárbara, bom dia, obrigado pela sua presença aqui na CPI. Eu queria, analisando esse contexto todo, lhe perguntar:

em 2022, saiu a público escândalo no Ministério da Educação, com ouro, dinheiro e fila de pastores supostamente, pedindo que se comprassem materiais do governo Bolsonaro – que a gente sabe era negacionista, e defendiam, muitos membros, tratamento precoce. A minha pergunta é, dentro desse contexto: a senhora, como servidora pública de Porto Alegre, concorda com isso tudo que aconteceu a nível de Brasil?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Vereador, eu não poderia me manifestar, porque eu desconheço o fato que o senhor traz assim, com detalhamento, para ter uma resposta adequada à sua pergunta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Como a senhora falaria sobre compras que aconteceram: Ambiética, mais de R\$ 500 mil; Mind Lab, R\$ 14,4 milhões, por inexigibilidade, e, depois disso, há um movimento da sua ida para o gabinete e o seu salário, praticamente, dobra.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Qual o movimento?

VEREADOR JONAS REIS (PT): É, o que a senhora... Porque isso foi sequencialmente, as compras aconteceram, e a senhora estava como servidora envolvida nisso, como a senhora bem falou aqui, com despachos, tem...

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Com devido respeito que eu lhe tenho, e o senhor é um professor, colega meu; neste momento, eu me sinto desrespeitada, ferida, onde mais uma vez, nobre vereador, uma mulher... Aí eu vou citar Adrienne Rich, que nos diz que o empoderamento da mulher começa na sua localização, e a localização a que ela se refere não é geográfica, não é territorial, é de espaço que ocupa, independente de poderes ou instâncias, sobretudo ela nos ensina a não calar nossa voz quando a nossa competência é questionada ou subjugada. E quando o senhor associa o fato de eu estar num projeto vinculado ao gabinete do prefeito a algum merecimento ou manobra

política, o senhor me desrespeita. Eu sou uma doutoranda em sustentabilidade, professora há mais de 20 anos, e se tem algo que eu ensinei para os meus alunos em ensino, e aqui eu vou trazer a minha sobrinha de 10 anos: nunca permita que alguém te questione a tua integridade, a tua moralidade, a tua competência. E eu tenho plena certeza, vereador, que eu falo em nome de muitas mulheres hoje aqui, que estou onde estou por mérito da minha jornada profissional, acadêmica e pessoal. Eu não vou permitir que o senhor vincule a minha ascensão a qualquer outro fator que não sejam esses. O senhor desqualifica, quando pontua e me questiona que envolvimento haveria para que hoje eu esteja no gabinete de prefeito, e merecidamente sendo remunerada para isso. Esse benefício da remuneração, ele não tem que ser só dos homens, ele é merecido e dado a quem de fato por ele deve perceber. E eu vou lhe dizer mais, eu tenho a ambição de ter uma remuneração muito melhor, ver outras mulheres sendo muito melhor remuneradas do que hoje são, porque, de fato, nós teremos um poder de olhar para homens e discutir de igual para igual, porque hoje o machismo ainda impera, e eu sou fruto disso neste momento, passando por esta situação.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Essa questão importante que a senhora traz, e lhe digo, se estivesse nesta mesa o ex-servidor da SMED, Ramiro Tarragô, cujo qual hoje é servidor do DEMHAB, concursado, que chamaram um monte de economistas, que historicamente nunca tinham chamado tantos economistas juntos para ele assumir lá, faria a mesma pergunta: como, depois de todos os escândalos da SMED, ele simplesmente vira servidor? Então, não tem uma questão de gênero, nós estamos em uma CPI tratando de fatos que foram publicizados via jornal, documento, CPI, requerimentos. De forma alguma, nós estamos tratando aqui de mérito pessoal; os méritos pessoais são fundamentais na sociedade. Agora, nós, como servidores públicos, eleitos pelo povo, para investigar o Executivo, que está sendo investigado em duas CPIs, então não é um fato simples, não é um fato que envolve um indivíduo, é o fato que envolve um contexto geral de um governo, que executa verbas públicas. Nós estamos

falando aqui da Mind Lab, uma empresa que, por inexigibilidade, vendeu R\$ 14 milhões. Isso eu considero um escândalo, porque não tem inexigibilidade justificável nesse contexto, porque não é só ela que produz esses materiais e oferece. E nós aqui, em outros momentos, tivemos perguntas sobre o Sr. Alexandre Borck, que era supostamente uma pessoa envolvida nesses debates no Município de Porto Alegre, como presidente de um partido e como secretário de um governo. Isso foi falado amplamente por vários vereadores. Até estranho que ele não estivesse aqui. O contexto da nossa fala aqui é um contexto de governo; é um contexto de poder para poder; não é um contexto de indivíduo para indivíduo. E, na sequência, pergunto-lhe o seguinte: a senhora foi ouvida ou investigada pela auditoria interna da Controladoria-Geral do Município, implementada recentemente?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Não.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Outra questão: a senhora considera – e aí finalizo – que, diante de uma realidade educacional municipal, com falta de RH nas escolas, com escolas que não têm mais o segundo vice-diretor, com uma remuneração hoje dos professores 60% mais baixa no quadro comparativo de 10 anos – em 10 anos os professores, as professoras acabaram tendo uma redução salarial frente ao piso nacional de mais de 60% –, a senhora acha adequadas decisões do governo Melo de compras milionárias antes de remuneração de professores, de valorização e, o pior, de pagar minimamente a inflação para os salários? Hoje, é uma defasagem de quase 50% frente ao período inflacionário dos últimos 12 anos. A senhora considera corretas as decisões do governo Melo?

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Acho legítima qualquer pauta, vereador, que busque a melhoria, a qualificação dos processos, mas eu lhe responderia que não é objeto das minhas contribuições, hoje, aqui nesta CPI.

Portanto, eu me reservo o direito de, neste espaço, não me manifestar a respeito disso, do que eu acho.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora nem tem a obrigação de dar opinião...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Visivelmente não temos quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião. Obrigado, Sra. Lia.

SRA. LIA BÁRBARA MARQUES WILGES: Obrigada.

Lia Bárbara Marques Wilges

(Encerra-se a reunião às 12h36min.)